



Governo do Estado de São Paulo
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Seção de Editais de Licitação

DESPACHO

Nº do Processo: 146.00014322/2025-48

Interessado: Divisão De Hotelaria Hospitalar

Assunto: Contratação de empresa especializada - Controle de Pragas e Vetores

DECLARAÇÃO

Declaro que o edital se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial respectivo e serão seguidas as orientações nele contidas (artigo 4º, inciso II, da Resolução PGE nº 29/2015), consoante documentos anexos aos referenciais.

Declaro ainda, que o Edital e seus respectivos anexos encontram-se adequados e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável.

Encaminha-se para agendamento da licitação.



Documento assinado eletronicamente por **Deocelia Bassotelli Jardim, Chefe De Gabinete**, em 13/05/2026, às 07:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Camila Alves Da Silva, Diretor**, em 13/05/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0107288514** e o código CRC **071DEBB3**.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA**

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR Nº 92201 - 90292/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 292/2026

PROCESSO REFERÊNCIA HC Nº 4769/2025

PROCESSO SEI Nº 146.00014322/2025-48

**CONTRATANTE (UASG): HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA
DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (092201)**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), INCLUINDO O CONTROLE DE POMBOS (COLUMBA LIVIA), BEM COMO O CONTROLE ADEQUADO PARA QUALQUER OUTRO ANIMAL SINANTRÓPICO OU SILVESTRE E COM FORNECIMENTO DE EQUIPE TÉCNICA, DE TODOS OS PRODUTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS DETERMINADOS PELO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMRP-USP) E SUAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.632.437,04

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/05/2026 às 09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVO ME/EPP: NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta



SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA

Torna-se público que o **HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio da Senhora **DEOCÉLIA BASSOTELLI JARDIM, CPF nº 026.507.658-79**, sediado no Campus Universitário, s/nº, bairro Monte Alegre – CEP 14048-900, Ribeirão Preto – S.P, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de prestação de serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização), incluindo o controle de pombos (*Columba livia*), bem como o controle adequado para qualquer outro animal sinantrópico ou silvestre e com fornecimento de equipe técnica, de todos os produtos, materiais e equipamentos necessários para realização das atividades nos ambientes internos e externos determinados pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMRP-USP) e suas unidades de assistência, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de



Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, observa-se que:

3.5.1. Para o objeto desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);



- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.10. entidades privadas sem fins lucrativos, tendo em vista a incompatibilidade entre as condições de execução do objeto a ser contratado e as características dessas entidades.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).**
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), **as microempresas e as empresas de pequeno porte** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados



extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de **microempresas e empresas de pequeno porte**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que **microempresa ou empresa de pequeno porte**.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- **Valor UNITÁRIO e TOTAL do item PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) meses;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art.



33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital**, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

ITEM	REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES
01	R\$ 0,01 (um centavo de real)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



- 6.11.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da**



melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
 - 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções
(<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
(<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.



7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo



suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3.A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) SIEMACO-SP – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo.

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4.É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.9.5.A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9.6.Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.9.7.Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.



7.9.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.9.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.9.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.9.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.9.9.2. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

7.9.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.9.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e



peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou



aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.



8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de acesso ao sistema SEI, solicitado através do e-mail cjl@hcrp.usp.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar **a contratação** no prazo e condições estabelecidos pela Administração;



- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. as sanções acima previstas serão calculadas e aplicadas de acordo com o estabelecido na Resolução SS nº 65, de 01/04/2024, que integra este edital na forma de anexo ao mesmo, após regular processo administrativo.**
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).**
- 12.5. as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



12.7. a sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. a sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. a recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a **contratação** no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. a apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. as sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)..

12.14. da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. o recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. a aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.



12.17. se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. o Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s):

- impugnação através do e-mail: editais@hcrp.usp.br;

- pedido de esclarecimento através do e-mail: cjl@hcrp.usp.br.

13.2.1. O documento deverá conter número do processo HCRP SEI nº/..... número do Pregão Eletrônico...../..... e nome/descriptivo do objeto da licitação.



13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet www.hcrp.usp.br, opção **“TRANSPARÊNCIA – LICITAÇÕES/EDITAIS - LICITAÇÕES A REALIZAR”**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário



será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui (em), igualmente, condição (ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. adjudicatário terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da modalidade seguro-garantia, nos termos do artigo 96 § 3º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação da Plataforma disponibilizada pelo HCRP através de e-mail, para assinar o Termo de Contrato, juntamente com o Termo de Ciência e Notificação do TCE-SP, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1 O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.



14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site eletrônico www.hcrp.usp.br, opção “TRANSPARÊNCIA – LICITAÇÕES/EDITAIS - LICITAÇÕES A REALIZAR”.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Escopo Geral de Execução de Atividades;

14.16.1.2. ANEXO I.2 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Contrato;

14.16.3. ANEXO III- Resolução SS Nº 65, de 1 de abril de 2024.

14.16.4. ANEXO IV– Modelo de Planilha de Proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelos de Declarações;

14.16.6. ANEXO VI – Modelos Referentes à Vistoria Prévia;

14.16.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços;

14.16.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública.

14.16.9. ANEXO IX - Modelo de Planilha Composição de Custos.

Ribeirão Preto,

DEOCÉLIA BASSOTELLI JARDIM
Chefe de Gabinete



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 249/2026

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (092201)

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), INCLUINDO O CONTROLE DE POMBOS (COLUMBA LIVIA), BEM COMO O CONTROLE ADEQUADO PARA QUALQUER OUTRO ANIMAL SINANTRÓPICO OU SILVESTRE E COM FORNECIMENTO DE EQUIPE TÉCNICA, DE TODOS OS PRODUTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS DETERMINADOS PELO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMRP-USP) E SUAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT/ CATSER	COD. HC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL MÊS	QTD TOTAL 12(DOZE) MESES (1)	VALOR UNITÁRIO R\$ (2)	VALOR TOTAL 12 MESES R\$ (3)=(1)X(2)
01	3417	90080129	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO	M²	523.217	6.278.604	R\$ 0,2600	R\$ 1.632.437,04

- Essa contratação tem como objetivo de manter, diuturnamente, os ambientes de assistência, administrativos, de ensino e todas as áreas de apoio operacionais, livres de vetores e pragas urbanas/silvestres e em condições de salubridade e segurança, atendendo as legislações vigentes, em todas as áreas descritas neste termo de referência.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **COMUNS**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).



1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.3.1 O serviço é enquadrado como serviço contínuo, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme disposto no item 6.20.4. do Edital:

a) APRESENTAR:

- **Planilha de Custos referente o contrato para o prazo de 12 (doze) meses;**

a.1.) A Planilha de Decomposição de Custos com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, como por exemplo: custos de salários, encargos, tributos, insumos, equipamento e demais itens especificados, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital (Anexo IX), bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

b) Indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e



a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do [Código Civil](#). Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.



Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 14:00 (quatorze) horas através do telefone (16) 3602-2398 ou email: wfmastelli@hcrp.usp.br, com o sr. Willian Francisco Mastelli.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A área total contratada encontra-se expressa na Tabela 1.

Tabela 1 - Área (m²) total a ser contratada.

Item	Descrição dos Serviços	Código Compras GOV	Área (m²)
01	Áreas Administrativas e de Assistência do HC - Campus	3417	119.883,55
02	Estacionamentos HC - Campus		74.303,25
03	Unidade de Emergência		15.787,32
04	Coleta e Centro de Convenções		14.922,95
05	Santa Tereza e HERP		298.319,87
Totalização			523.216,94

5.2. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.2.1. Os serviços serão realizados para atender ao conceito de controle e protocolo ambiental integrado de pragas e vetores urbanos/silvestres;



5.2.2. Deverão ser utilizadas técnicas comprovadas de controle, com produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde e aprovados previamente pela equipe técnica da CONTRATANTE em todas as áreas internas e externas das unidades contempladas no Anexo I.1;

5.2.3. Deverá ser considerada a particularidade do atendimento, função e localização de cada unidade, bem como as periodicidades definidas e os horários mais apropriados para os serviços que serão executados;

5.2.4. Caberá também à CONTRATADA, realizar orientações aos usuários e acompanhamento das correções de medidas preventivas de controle, evitando infestações, e cumprindo a definição de Controle Integrado de Pragas (CIP).

5.2.5. A despeito da métrica utilizada para contratação ser M², cabe a contrata fornecer mão de obra em quantidade suficiente para atender cada uma das unidades indicadas neste Termo de Referência de forma ininterrupta, ou seja, 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo, incluindo feriado.

5.2.6. Controle Integrado de Pragas (CIP):

5.2.6.1. É de responsabilidade da CONTRATADA, seguindo as diretrizes da Portaria nº 9 de 16 de novembro de 2000 - Centro de Vigilância Sanitária, implantar o CIP - Controle Integrado de Pragas;

5.2.6.2. Este sistema incorpora ações preventivas e corretivas destinadas a impedir que vetores e as pragas possam gerar problemas significativos, minimiza o uso abusivo e indiscriminado de praguicidas e seleciona os métodos de controle e o desenvolvimento de critérios que garantam resultados favoráveis sob o ponto de vista higiênico, ecológico e econômico.

5.2.6.3. O CIP pode ser dividido em dois níveis:

5.2.6.4. Ações preventivas: executadas pela CONTRATADA para evitar uma ocorrência potencial, portanto, antes mesmo da praga ou vetor ter ocorrido, por exemplo, mantendo a limpeza do local, área sem acessos às pragas e sem atrativos.

5.2.6.5. Ações corretivas: objetiva evitar a recorrência de um problema identificado, com a correção das estruturas físicas no ambiente que favorecem a ocorrência das pragas:

fechamento de ralos, frestas, instalação de rodos e telas protetoras.

5.2.7. As ações preventivas e corretivas, INDEPENDENTEMENTE do cronograma estabelecido de execução dos serviços, deverão ser realizadas quantas vezes forem necessárias, conforme a necessidade da CONTRATANTE, principalmente quando se tratar de área assistencial.

5.3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.3.1. Serviços agendados

Os serviços agendados devem ser realizados na periodicidade e datas pré agendadas, conforme quadro abaixo. Nos serviços agendados devem ser realizados os serviços de aplicação de produtos químicos, por pulverização, iscagem, em toda a extensão da área.



UNIDADE	Tipo de Serviço / Local	Periodicidade	Dia da Semana e horário
	Desratização (Todo perímetro interno e externo)	Quinzenal ou sempre que necessário	Segunda-feira, 10h
	Desinsetização		
	Nutrição	Mensal ou sempre que necessário	Sexta-feira, 20h
	Refeitório	Bimestral ou sempre que necessário	Sexta-feira, 20h
HC CAMPUS	Lactário	Bimestral ou sempre que necessário	Terça-feira, 19h
	Rede de esgoto	Bimestral ou sempre que necessário	Terça-feira, 19h
	CER	Quadrimestral ou sempre que necessário	Sábado, 07h
	Diálise	Quadrimestral ou sempre que necessário	Sábado, 22h
HC UE	Desratização (Todo perímetro interno e externo)	Quinzenal ou sempre que necessário	Terça-feira, 10h
	Desinsetização		
	Nutrição	Mensal ou sempre que necessário	Quinta-feira, 20h
	Lactário	Mensal ou sempre que necessário	Quinta-feira, 20h
CENTRO DE CONVENÇÕES	Desratização e monitoramento	Mensal ou sempre que necessário	Quinta-feira, 17h
UNIDADE	Tipo de Serviço / Local	Periodicidade	Dia da Semana e horário



HE RIBEIRÃO PRETO	Desratização (Todo perímetro interno e externo)	Quinzenal ou sempre que necessário	Quarta-feira, 10h
	Desinsetização		
	Nutrição	Mensal ou sempre que necessário	Segunda-feira, 20h
	Refeitório	Bimestral ou sempre que necessário	Terça-feira, 20h
	Rede de esgoto	Bimestral ou sempre que necessário	Terça-feira, 19h
	Desratização (Todo perímetro interno e externo)	Quinzenal ou sempre que necessário	Quinta-feira, 10h
	Desinsetização		
HOSPITAL SANTA TEREZA	Nutrição	Mensal ou sempre que necessário	Quinta-feira, 20h
	Setores fechados	Bimestral ou sempre que necessário	Segunda-feira, 20h

5.3.1.1. Após a realização do serviço de controle químico agendado, a empresa deverá prever um monitoramento da aplicação realizada, para avaliação da efetividade da aplicação do produto, reaplicando iscas e elaborando plano de controle efetivo no setor;

5.3.1.2. Por questões de segurança, os serviços de controle químico devem sempre ser realizados por dois funcionários, garantindo agilidade e eficiência da aplicação do produto desinfetante;

5.3.1.3. A periodicidade, dia da semana e horário podem ser alterados para atender às mudanças nas atividades das áreas da CONTRATANTE ou a particularidades sazonais dos setores.

5.3.1.4. O agendamento dos serviços será realizado oficialmente, com a indicação dos dias de monitoramento citado no item 5.3.1.1 deste Termo de Referência.

5.3.2. Para os serviços de desratização

Para este tipo de serviço, devem ser dispostos porta iscas, estrategicamente fixadas em toda a área externa dos prédios constantes do objeto deste Termo de Referência.



5.3.2.1. A verificação do consumo das iscas nos porta iscas instalados pela CONTRATADA, deverá ser realizado no mínimo quinzenalmente ou sempre que necessário, em cada porta iscas.

5.3.2.2. Os porta iscas deve ser monitorados por meio de anotação na planilha de acompanhamento, que deve ser disponibilizada pela CONTRATADA contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) **Identificação do porta isca;**
- b) **Condição do porta isca;**
- c) **Avaliação do consumo;**
- d) **Observações.**

5.3.2.3. Caso tenha havido consumo no porta iscas a CONTRATADA deverá realizar monitoramento diário e reposição das iscas, até que seja identificado o foco do animal, ou que não haja mais consumo;

5.3.2.4. Caso haja ocorrência de roedor em alguma das áreas do Hospital, deve ser avaliado o grau de infestação e adotadas ações de controle com pó de contato, iscas em cola e outros métodos de controle apropriados à ocorrência e ao local da infestação, devendo ser apresentado o plano de ação, antes da execução do serviço para o fiscal do contrato.

5.3.2.5. Deve ser elaborado pela empresa CONTRATADA um mapa para cada uma das unidades atendidas neste contrato, definindo claramente onde estão os porta iscas, sua localização exata e com espaço para anotações de consumo, objetivando o melhor controle e acompanhamento da ocorrência de roedores.

5.3.2.6. No Hospital Santa Tereza, deve ser avaliada, junto a equipe técnica da CONTRATANTE a disposição do porta isca, e sua fixação, devido às características de atendimento do local.

5.3.3. O Serviço de Monitoramento Contínuo

5.3.3.1. Para este tipo de serviço, deverá ser realizado em todas as áreas do Hospital, conforme constam na planilha do Anexo I.1;

5.3.3.2. Devem ser adotadas principalmente as ações de orientação (preventivas e corretivas) e iscagem em gel sempre que necessário, especialmente nas áreas de assistência, conforme lista abaixo:

UNIDADE CAMPUS		
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO
A	2º PAVIMENTO	AMBULATÓRIO (UTILIDADES 01 a 09)
A	2º PAVIMENTO	SAMSP, SALA DE VACINA (CRIE), SESMT



A	2º PAVIMENTO	SALA DE COLETA
A	2º PAVIMENTO	PNEUMOLOGIA, ÁREA AMARELA COVID
A	2º PAVIMENTO	AMBULATÓRIO DE ONCOLOGIA, CENTRAL DE QUIMIOTERAPIA
B	3º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – PSICOLOGIA e PSIQUIATRIA
B	4º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – NEUROLOGIA e DERMATOLOGIA
B	5º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CLÍNICA MÉDICA
B	6º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CLÍNICA MÉDICA
B	7º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ONCOLOGIA
B	8º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ONCOLOGIA e GINECOLOGIA
B	9º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CIRURGIA
B	10º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CIRURGIA
B	11º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ORTOPEDIA
B	12º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – OFTALMO / OTORRINO / C.C.P.
D.	1º PAVIMENTO	CENTRO-CIRÚRGICO, CENTRO DE REPRODUÇÃO HUMANA, POLISSONOGRAMA
D	2º PAVIMENTO	CARDIOLOGIA, MEDICINA NUCLEAR, U.T.R U.T.I., U.C.O., ELETROMIOGRAFIA
E	PAVIMENTO INFERIOR	CENTRO DE REABILITAÇÃO
E	1º PAVIMENTO	CENTRAL DE MATERIAL + H.C. CRIANÇA (U.T.I. PEDIÁTRICA, U.T.I. NEONATAL e C.O.- CENTRO OBSTÉTRICO)
E	2º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (AMBULATÓRIO,
E	3º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (U.T.I. PEDIÁTRICA, U.T.I. NEONATAL e ALOJAMENTO CONJUNTO)
E	4º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (ENFERMARIAS PEDIATRIA)
E	5º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (ENFERMARIAS PEDIATRIA, DEPARTAMENTO PEDIATRIA e CIREP)
F	2º PAVIMENTO	CENTRO DE ENDOSCOPIA
I	PAVIMENTO TÉRREO	UETDI (AMBULATÓRIO e HOSPITAL-DIA) e CCIFM – AMBULATÓRIO 10, 11 e RADIOTERAPIA, ULTRASSOM, MEDICINA NUCLEAR
I	1º PAVIMENTO	UETDI (ENFERMARIAS)
P	PAVIMENTO TÉRREO	CEOF – CENTRO ESPECIALIZADO EM OTORRINOLARINGOLOGIA e FONOAUDIOLOGIA
P	PAVIMENTO TÉRREO	ESTACIONAMENTOS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA
Z	PAVIMENTO TÉRREO e SUPERIOR	CLÍNICA CIVIL E FAEPA
EXTERNO	R. TEN. CATÃO ROXO, 3060	NOVA SALA DE COLETA
UNIDADE DE EMERGÊNCIA		
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO
A	TÉRREO	RADIOLOGIA/SALA VERMELHA/SALA AMARELA



B	TÉRREO	AMBULATÓRIO DE CABEÇA PESCOÇO
EXTERN O	TÉRREO e 1º PAVIMENTO	SAMSP / SEAVIDAS / SALA DE COLETA/OFTALMOLOGIA
A	1º PAVIMENTO	ENFERMARIA DE PEDIATRIA
B	1º PAVIMENTO	AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA/MI PEDIÁTRICO/CTI PEDIÁTRICO
A	2º PAVIMENTO	CLÍNICA MÉDICA
B	2º PAVIMENTO	UCO/LABORATÓRIOS
A	3º PAVIMENTO	CLÍNICA MÉDICA/ PSIQUIATRIA
B	3º PAVIMENTO	CTI / UNIDADE RESPIRATÓRIA
A	4º PAVIMENTO	UNIDADE DE QUEIMADOS
B	4º PAVIMENTO	CENTRO CIRÚRGICO / CTI / RECUPERAÇÃO

HOSPITAL ESTADUAL DE RIBEIRÃO PRETO
DENOMINAÇÃO
ALAS DE INTERNAÇÃO – QUARTOS
ALAS DE INTERNAÇÃO – POSTOS DE ENFERMAGEM E ÁREAS COMUNS
ANTESSALAS
CENTRO CIRÚRGICO E SEUS VESTIÁRIOS
OBSERVAÇÃO
CONSULTÓRIOS E SIMILARES
OBSERVAÇÃO
PRONTO ATENDIMENTO
HOSPITAL ESTADUAL DE RIBEIRÃO PRETO
SALAS DE EXAME E SIMILARES, LABORATÓRIOS

SANTA TEREZA/CIRP
DENOMINAÇÃO
ENFERMARIA DEPENDENTES QUÍMICOS
CENTRO DE CONV. DE PACIENTES E IDOSOS DA COMUNIDADE
CUIDADOS ESPECIAIS – VIVENDA I
REABILITAÇÃO PSICOSOCIAL–CASA BRANCA
REABILITAÇÃO PSICOSOCIAL– CASA VERDE
ATENÇÃO PSICOSOCIAL–ANEXO A CASA VERDE
POSTO ENFERMAGEM – PSICOSOCIAL
UNIDADE ASSISTENCIAL IV E V
UNIDADES ASSISTENCIAIS I E II



GALPÃO AGUDOS MASCULINO/FEMININO
RECEPÇÃO AGUDOS MASCULINO/FEMININO
SERVIÇO SOCIAL DA PRIMEIRA INTERNAÇÃO
DEPENDENTES QUÍMICOS I
PSICOLOGIA MASC. E CANTINHO DA BELEZA
PRIMEIRA INTERNAÇÃO E ACOLHIMENTO
FISIOTERAPIA
TERAPIA OCUPACIONAL
FONOAUDIOLOGIA/SALA DE AULA
OTORRINO
CASA ADAPTADA
SALA DE ESPELHO
INTEGRAÇÃO SENSORIAL

5.3.3.3. Caso o tipo de atividade seja alterada nos locais indicados na planilha, deve ser mantido o atendimento às ocorrências de pragas na metragem total dos prédios, indicada no Anexo I.1 (áreas construídas e não construídas);

5.3.3.4. A equipe da CONTRATANTE orientará a CONTRATADA, a fim de mostrar os pontos de atenção do prédio, características peculiares, os locais de maior ocorrência de animais, os pontos críticos de controle, dando assim, pleno conhecimento de toda a área objeto do serviço de controle de pragas e vetores urbanos, conforme Anexo I.1.

5.3.3.5. Caso alguma das áreas não esteja especificamente descrita nas tabelas deste termo, ela deverá igualmente ser considerada e receber as ações para fins de controle de pragas e vetores conforme descrito neste Termo de Referência.

5.3.4. Dos serviços especiais

5.3.4.1. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelo controle de todo e qualquer animal que ocorrer nas áreas descritas neste Termo de Referência, atendendo às particularidades de cada ocorrência e local onde o animal for encontrado ou está alojado, prezando pela segurança das pessoas, das áreas e do meio ambiente, bem como as legislações cabíveis.

5.3.4.2. A CONTRATADA deverá garantir a realização de todos os serviços, por meio de equipes ou profissionais devidamente capacitados para os serviços, como por exemplo, controle de abelhas e o controle de animais silvestres como gambás, ouriços entre outros e,

5.3.4.2.1. Estas situações deverão ser apresentadas ao fiscal do contrato para pleno conhecimento da ocorrência, cabendo, no entanto, a responsabilidade pelo serviço integralmente à empresa CONTRATADA.

5.3.4.2.2. A destinação destes animais ocorrerá conforme orientação da CONTRATANTE e por meio da parceria estabelecida com os órgãos ambientais.

5.4. DAS TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

5.4.1. Todas as técnicas de aplicação deverão ser alinhadas e aprovadas pela CONTRATANTE antes da realização do serviço, dada a seriedade desta atividade em unidades hospitalares, e da impossibilidade de realizar certas aplicações em áreas onde



existem pacientes.

5.4.2. Caberá à empresa CONTRATADA toda a responsabilidade quanto a este serviço, da escolha da técnica aos processos de aplicação e produtos escolhidos.

5.4.3. Controle químico (Desinsetização)

5.4.3.1. Aplicar inseticidas inodoros, atrativos à base de gel, com base residual pela ação de ar, líquido ou sólido, em rodapés, pisos, ralos, frestas, bancadas, gabinetes, painéis, prateleiras e etc;

5.4.3.2. A aplicação de produtos com odor poderá ser executada nas áreas externas, como de caixa de esgotos e bueiros com acompanhamento dos responsáveis pela área, e com a anuência prévia da equipe técnica da CONTRATANTE.

5.4.4. Desratização

5.4.4.1. Empregar raticidas em forma de isca parafinada ou em grânulo, como atrativo, em local de foco, com frequência quinzenal, realizar inspeção e monitoramento dos porta iscas, implantação de mapeamento e controle por meio de resultados e indicadores e os planos de ação;

5.4.4.2. A Aplicação de pó de contato, se necessário, somente em locais estratégicos, indicados pela CONTRATANTE, após avaliação técnica da CONTRATADA.

5.4.5. Descupinização

5.4.5.1. Aplicar produtos específicos para o tratamento de cupins de madeira e de solo, quando detectada a presença do animal, segundo os procedimentos de imersão, pincelamento, aspersão (pulverização) e injeção;

5.4.5.2. No caso de cupim subterrâneo ou de solo, seguir os tratamentos de barreira química com aplicação localizada e polvilhamento. Utilizar produtos específicos para esta finalidade.

5.4.6. As ocorrências com aves da espécie Columba lívia (pombos) nas áreas que compreendem este Termo de Referência, deverão ser monitoradas e controladas com sistemas físicos que evitem o acesso das aves em todas as áreas das unidades contempladas neste Termo.

5.4.6.1. A CONTRATADA deverá empregar medidas, visando o controle de infestação de pombos junto aos parapeitos das janelas, vidros, sistema ar condicionado e escadarias externas e demais áreas da CONTRATADA;

5.4.6.2. Devem ser consideradas todas as alternativas existentes e legais, físicas, químicas, biológicas ou eletrônicas, de controle das aves, com o objetivo de afastar as aves das áreas onde não são desejadas e realizar o controle efetivo nas áreas contempladas neste Termo de Referência.

5.5. DA APLICAÇÃO DOS PRODUTOS POR ÁREA

5.5.1. Devem ser previstos pela CONTRATADA, métodos adequados para aplicação dos produtos, considerando o tipo de animal encontrado, o grau de infestação, a área onde será aplicado o produto, o fluxo de funcionamento da área, entre outros, podendo ser admitidas outras formas de controle que não as descritas abaixo, desde que avaliadas pela contratada como mais eficazes para atingir o controle esperado, sempre em comum acordo com o fiscal do contrato;

5.5.2. Áreas Administrativas: Em áreas administrativas em geral devem ser utilizados produtos à base de Gel inseticida. O residual de gel proveniente de aplicações anteriores deverá ser removido dos mobiliários em geral. Em situações pontuais de infestação, onde foi avaliada a necessidade de aplicação de produto químico, a área será fechada para este serviço, em horários definidos de acordo com a particularidade



do setor.

5.5.3. Áreas Operacionais: Em áreas operacionais em geral devem ser utilizados produtos à base de Gel inseticida. O residual de gel proveniente de aplicações anteriores deverá ser removido dos mobiliários em geral. Em situações pontuais de infestação, onde foi avaliada a necessidade de aplicação de produto químico, a área será fechada para este serviço, em horários definidos de acordo com a particularidade do setor.

5.5.4. Áreas Assistenciais: Em áreas assistenciais, onde estão os pacientes devem ser utilizados produtos à base de Gel inseticida. O residual de gel proveniente de aplicações anteriores deverá ser removido dos mobiliários em geral. As situações mais graves, de infestação, serão avaliadas

5.5.5. Áreas Externas: Em áreas externas, verdes ou abertas, podem ser aplicados produtos pulverizados, de acordo com o tipo de praga e ocorrência de animal, sempre após avaliação técnica da empresa contratada e acordo com o fiscal do contrato.

5.6. DA COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

5.6.1. Emitir certificado de execução dos serviços no mês de referência, constando:

- a. Nome e razão social da Contratada, endereço, município, data da execução dos serviços e locais de aplicação/ controle/monitoramento.
- b. Relação nominal dos produtos utilizados, composição e nome químico, toxicologia, grupo químico, concentração, precauções, antídoto, prazo de validade, fabricante, número de registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- c. Composição dos produtos utilizados: qualitativa e quantitativa;
- d. Número do telefone do Centro de Referência em casos de intoxicação;
- e. Carimbo e assinatura do responsável técnico com o respectivo número no registro do Conselho da Categoria;
- f. Relatório com a descrição de todas as áreas/unidades onde foram executados os serviços, no período que se refere o certificado de execução;
- g. Relatório de Inspeção nas áreas;
- h. Resultados da Pesquisa de satisfação aplicada para os responsáveis das diversas áreas para avaliação dos serviços prestados pela contratada, conforme modelo e metodologia indicada pela CONTRATANTE.

5.6.2. Os relatórios acima mencionados deverão ser enviados por meio de sistema eletrônico de gestão que também deverá conter:

5.6.2.1. Indicadores de:

5.6.2.1.1. Produtividade/homem/dia;

5.6.2.1.2. Tipo e incidência de pragas e vetores;

5.6.2.1.3. Principais áreas solicitantes

5.6.2.1.4. Principais tratamentos utilizados;

5.6.2.2. Abrangência e durabilidade dos serviços prestados;

5.6.2.3. Responsáveis e qualidade dos serviços executados.

5.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1. Garantir cumprimento qualitativo e quantitativo das atividades realizadas



contratadas, inclusive, o contingente previsto neste Termo, que observarão a escala de trabalho pré- determinada pela CONTRATANTE;

5.7.2. Disponibilizar equipamentos que permitam comunicação em tempo real de necessidade de intervenção para o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços;

5.7.3. Atender imediatamente às solicitações de urgência da CONTRATANTE, garantindo que os profissionais de cada turno de trabalho terão condições de atender adequadamente às demandas do serviço;

5.7.4. Fornecer à CONTRATANTE a documentação, sempre que necessário, de todos os produtos com comprovante dos respectivos registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e ficha técnica de segurança dos produtos (FISQP);

5.7.5. Qualquer alteração com relação à substituição de produtos, deverá ser comunicado à Contratante com 30 (trinta) dias de antecedência;

5.7.6. É vedado à CONTRATADA, em qualquer hipótese, vir a testar produtos ou colocá-los em uso sem a avaliação e autorização dos gestores da CONTRATANTE.

5.7.7. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE e realizar a inspeção local elaborando diagnóstico da situação através de relatórios.

5.7.8. Os equipamentos de aplicação e recipientes contendo desinfestantes domissanitários, devem ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa do produto em questão;

5.7.9. A manipulação e aplicação de produtos deverá ser realizada por funcionários devidamente capacitados e sob orientação e supervisão do Responsável Técnico, garantindo assim a segurança dos operadores, usuários do serviço (pacientes, visitantes, servidores) e do meio ambiente;

5.7.10. Todos os funcionários devem ser capacitados atendendo a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Corpo de Bombeiros, a Instrução Técnica 17/2014 Brigada de Incêndio;

5.7.11. Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis, e com base na NR 23 a Brigada de Incêndio deve seguir a IT ou NT estaduais do Corpo de Bombeiros;

5.7.12. Manter o quadro de contingente mínimo exigido de funcionários para estas atividades para atender às demandas da Unidade Campus, Unidade de Emergência, Centro de Convenções, Hospital Estadual de Ribeirão Preto e Hospital Santa Tereza, conforme Anexo I.1;

5.7.13. Fornecer a CONTRATANTE documentação comprobatória de todos os equipamentos de proteção individual a serem utilizados na realização dos serviços;

5.7.14. Os funcionários contratados deverão necessariamente ser do sexo masculino, com compleição física compatível com a execução das atividades, considerando longas distâncias, trabalho em altura, espaço confinado e esforço físico;

5.7.15. Implantar metodologia de atendimento aos chamados dos clientes, por meio de Ordem de Execução de Serviço.

5.7.15.1. No impresso ou sistema eletrônico deverá informar o tipo de Ocorrência, o Plano de Ação e Gestão de Riscos;

5.7.15.2. Após o atendimento, elaborar diagnóstico da situação, informar o plano de ação e enviar cópia e relatórios para equipe técnica da CONTRATANTE.

5.7.16. Os chamados serão classificados em: Alto Risco, Médio Risco e Baixo Risco, sendo que a ordem de deverão acontecer, impreterivelmente, em:

5.7.16.1. Alto Risco: Em até 10 minutos

Ocorrência que oferece risco imediato à saúde humana, contaminação de alimentos, ou

interrupção de atividades essenciais. Requer ação imediata e representa, dentre outras situações:

- Presença de roedores, baratas, escorpiões ou morcegos em áreas críticas (UTIs, cozinhas, farmácias, refeitórios, centrais de materiais, lactários, berçários, etc.);
- Infestação súbita em ambiente com pacientes, alimentos ou medicamentos;
- Ataque de insetos peçonhentos (abelhas, marimbondos, aranhas, escorpiões) com risco à integridade física;

5.7.16.2. Médio Risco: Em até 30 minutos

Situação que pode gerar risco sanitário caso não seja controlada em curto prazo, podendo comprometer a segurança ou conforto dos usuários. Requer ação e representa, dentre outras situações:

- Presença recorrente de baratas, formigas ou moscas em áreas assistenciais, administrativas ou de preparo de alimentos;
- Identificação de ninhos ou focos de pragas em áreas próximas a locais críticos;
- Observação de roedores em áreas externas próximas a acessos principais;

5.7.16.3. Baixo Risco: Em até 01 horas

Condição que não oferece risco sanitário, contudo, deve ser resolvido de forma a não comprometer a segurança ou conforto dos usuários. Requer ação e representa, dentre outras situações:

- Presença eventual de insetos em áreas não críticas (corredores, áreas externas, depósitos)
- Solicitação de vistoria preventiva
- Ações de monitoramento e reforço de barreiras físicas

5.7.16.4. Em todos os chamados, o responsável técnico deve ser informado para indicar a melhor forma de controle e as tratativas para solução do problema, além da elaboração de Plano de Ação;

5.7.16.5. Os chamados não se enquadram nas rotinas previamente estabelecidas, mas refletem atendimentos para situações fortuitas, mas que pertencem ao objeto desta contratação.

5.7.16.6. Todos os serviços devem ser executados com preenchimento de ordem de serviço padronizada, contendo numeração sequencial, identificação com dados da CONTRATADA e da CONTRATANTE, nome do funcionário da empresa e observações gerais;

5.7.16.7. O descumprimento do prazo de atendimento estipulado neste Termo de Referência, sujeitará a CONTRATADA às penalizações previstas neste Termo, tendo em vista a especificidade de criticidade do serviço contratado.

5.7.17. A CONTRATADA deve monitorar e controlar continuamente a ocorrência de roedores, insetos, aracnídeos e qualquer outro animal para avaliar a necessidade de nova aplicação/ação em conjunto com o responsável designado pela Contratante, ou de outras ações cabíveis para conter a infestação;

5.7.18. Disponibilizar profissionais produtos, equipamentos, EPI's e aplicadores de desinfestantes domissanitários capacitados para desempenharem a função de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfestantes domissanitários;

5.7.19. Manter equipe de atendimento para execução dos procedimentos de acordo com



o cronograma e a periodicidade estabelecida, bem como eventuais necessidades de reforço;

5.7.20. Manter a equipe de atendimento devidamente uniformizada, identificada através de crachás e portando os EPI's e EPC's;

5.7.21. Todos os produtos e materiais que serão utilizados nas áreas deverão ser transportados em maletas padronizadas e identificadas com simbologia de risco tóxico;

5.7.22. Caberá à CONTRATADA a instalação e monitoramento com troca do refil de cola de todas armadilhas luminosas adesivas para insetos voadores, no mínimo nas seguintes áreas: Serviço de Nutrição e Dietética, Centro Cirúrgico Central, CME, Descontaminação, Centro Cirúrgico da FAEPA, Centro Cirúrgico: HC, UE, HERP, Santa Tereza, Administração, Recursos Humanos entre outras onde a necessidade for verificada e,

5.7.22.1. A frequência de troca dependerá do grau de sujeira nos refis de cola, devendo, ao menos semanalmente, ser verificados para a avaliação da troca dos refis;

5.7.22.2. Todas as rotinas deverão ser executadas de acordo com as especificações técnicas pré determinadas pelo (SGA) Serviço de Gerenciamento Ambiental, que foram baseadas nas orientações da (C.C.I.H) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e nas necessidades diárias da Instituição;

5.7.22.3. Todas as rotinas deverão ser executadas de acordo com as especificações técnicas pré determinadas pelo (SGA) Serviço de Gerenciamento Ambiental, que foram baseadas nas orientações da (C.C.I.H) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e nas necessidades diárias da Instituição;

5.7.22.4. O serviço de troca deve ser registrado oficialmente por meio de Ordens de Serviço, garantindo o cumprimento da periodicidade de troca, e documentando a ação de controle.

5.7.23. DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E PADRONIZAÇÃO DO UNIFORME DA EQUIPE:

5.7.23.1. A CONTRATADA é obrigada a fornecer aos empregados gratuitamente os Equipamentos de Proteção Individual, adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

5.7.23.2. As características para os Equipamentos de Proteção Individual devem atender a Norma Regulamentadora nº 32 do Ministério do Trabalho;

5.7.23.3. O kit de equipamentos de proteção individual obrigatórios deve contemplar: capa de chuva, protetor solar, óculos protetores, máscara semi facial e respiradores com filtros, macacão com mangas e pernas compridas, luvas de nitrila ou neoprene de cano longo, botas de borracha com cano longo e demais itens cujas especificações atendam à legislação de segurança do trabalho pertinente;

5.7.23.4. Poderão integrar o kit, outros EPI's não especificados, caso a atividade o requeira sob a avaliação do responsável técnico da CONTRATADA;

5.7.23.5. A CONTRATADA deverá ainda, fornecer uniforme para as atividades diárias da equipe, além dos EPIs para proteção durante os serviços de aplicação de produtos químicos, sendo: Gandola Manga Curta e Calça (um conjunto completo), garantindo cobertura total para o profissional, com reforço entre as pernas e nos joelhos, na composição de 67% Algodão e 33% Poliéster, ao menos, coturno cano alto e jaqueta acolchoada para o frio, na cor CAQUI, a fim de oferecer segurança e conforto, durante o desempenho em diferentes situações e;



5.7.23.5.1. A farda deverá ter local para identificar o nome do profissional e tipo sanguíneo conforme previsto em lei, para segurança do profissional e institucional para os episódios de urgência e emergência;

5.7.23.5.2. A substituição do uniforme deverá acontecer a cada 06 (seis) meses ou sempre que necessário, conforme indicado pela CONTRATANTE;

5.7.23.5.3. As características indicadas para o uniforme buscam diferenciar estes profissionais das demais equipes, que também utilizam fardas e que atuam nas dependência das instituições.

5.7.24. Crachá de identificação autenticada pela empresa, com validade de 6 (seis) meses, constando nome, e fotografia colorida em tamanho 3x4 e data de validade.

5.7.25. Fornecer aparelho celular (smartphone) para cada posto de trabalho contratado, com o propósito de facilitar a comunicação e interação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

5.7.26. A CONTRATADA, além das obrigações gerais já descritas neste Termo, e do fornecimento de recursos humanos capacitados especificamente na função, produtos, materiais, e equipamentos necessários para a execução dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização nas áreas, obriga-se a:

a. Designar responsável técnico para atender as necessidades das unidades que compõem este Termo de Referência;

b. Selecionar e preparar tecnicamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando os funcionários com registro em suas carteiras de trabalho;

c. Elaborar por escrito todos os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) e apresentar a CONTRATANTE;

d. Elaborar Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional Continuado, T&D, por meio de capacitação admissional e com periodicidade semestral. Após o término de conclusão de cada treinamento, enviar o material utilizado, relatório com a avaliação final e índice de retenção, bem como cópia da lista de presença devidamente assinada;

e. Auxiliar na realização de Pesquisa de Opinião dos serviços junto aos clientes internos, com implantação dos indicadores, tabulação, avaliação e monitoramento;

f. Realizar atendimento imediato em casos de queixas verbais e/ou escrita dos clientes internos;

g. Realizar exame médico periódico em seus funcionários regularmente e enviar comprovantes à CONTRATANTE, bem como na admissão e por ocasião de seu desligamento da empresa cumprindo postulados legais do Ministério do Trabalho;

h. Encaminhar à CONTRATANTE cópia do PCMSO e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) para avaliação do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) da CONTRATANTE anualmente, com cópia ao gestor da unidade;

i. Os serviços só poderão ser executados pelos funcionários da CONTRATADA após treinamento técnico, e envio do comprovante do treinamento para o fiscal do contrato;

j. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

k. Manter diariamente funcionários para realizar os serviços em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas para executar as atividades nas áreas descritas no



Anexo I.1:

- l. Selecionar e preparar tecnicamente os funcionários que irão prestar os serviços, para que atendam aos critérios de comportamento esperados no tipo de serviço prestado e no ambiente de trabalho (unidade hospitalar);**
- m. Os condutores dos veículos deverão apresentar habilitação profissional e os seus devidos registros nos órgãos competentes;**
- n. Apresentar semestralmente a Carteira de Vacinação dos funcionários atualizada através do programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B, meningite, febre amarela, COVID, os estabelecidos no PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), bem como tratamento pré exposição à raiva, com o devido acompanhamento periódico;**
- o. Definir preposto(s) que tenha(m) poder para resolução imediata e diuturna de não conformidades durante a execução do contrato, além de responder pelo acompanhamento das avaliações realizadas diariamente e semanalmente;**
- p. O(s) preposto(s) deverá(ão) realizar o acompanhamento diário e constante, que se faz necessário para garantir a qualidade e continuidade dos serviços contratados;**
- q. O(s) preposto(s) será(ão) responsável(is) pelo acompanhamento diuturno da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da equipe alocada, e pela fiel execução deste contrato;**
- r. Instruir os seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE no cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do**

Trabalho como prevenção de sinistro e risco ocupacional;

- s. Fazer seguro de seus funcionários contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato conforme exigência legal;**
- t. O preposto indicado pela empresa CONTRATADA é responsável por garantir o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos executantes dos serviços. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes de forma imediata;**
- u. A eventual substituição de funcionários, seja no nível operacional ou no nível de supervisão, deve ser imediata sem ônus a CONTRATANTE mantendo a continuidade da prestação de serviços;**
- v. Apresentar mensalmente ou sempre que solicitado, comprovantes de fornecimento de benefícios, dos encargos e tributos municipais, estaduais e federais;**
- w. Implantar de forma adequada em conjunto com o fiscal do contrato a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços;**
- x. Prestar esclarecimento quando solicitado e resolver prontamente às reclamações sobre seus serviços;**
- y. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;**
- z. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;**
- z.1. Impedir que o profissional execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.**



5.7.27. Comunicar ocorrências que interfiram no espectro de atuação dos aplicadores em caso de danos ao patrimônio físico da instituição nos locais de prestação de serviços, condutas de pessoas não condizentes ao ambiente hospitalar.

5.7.28. Devem ser descritas em livro de registro com numeração disponibilizado pela empresa

CONTRATADA;

5.7.29. O não cumprimento das cláusulas descritas implicará em sanções administrativas e jurídicas, previstas no contrato com notificação para correção, advertência formal por escrito e multa contratual;

5.7.30. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas Carteiras de trabalho e Previdência Social;

5.7.31. Prever para a efetiva cobertura INTEGRAL DOS SERVIÇOS, provendo contingente necessário para atender: atrasos, faltas, licenças médicas, férias, não devendo apresentar interrupção dos serviços;

5.7.32. Fornecer obrigatoriamente todos os benefícios previstos, nos valores e percentuais estabelecidos na convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo, sentença normativa ou legislação aplicável aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços e:

5.7.32.1. Em caso de substituição e/ou alteração de algum desses benefícios, a empresa CONTRATADA ficará obrigada a comprovar a celebração de Acordo Coletivo com o respectivo Sindicato Profissional da Base Territorial.

5.7.33. Encaminhar em qualquer tempo a critério da CONTRATANTE, extrato analítico do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços de todos os profissionais envolvidos no contrato;

5.7.34. Garantir a observância da legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho, folgas trabalhadas e outras disposições previstas em normas regulamentadoras e convenção coletiva da categoria profissional;

5.7.35. Proceder, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária as anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA;

5.7.36. A CONTRATANTE se reserva o direito de solicitar quaisquer documentos e comprovantes referente à execução do contrato a qualquer tempo, cabendo à CONTRATADA atender as solicitações em até 72h a partir do envio da solicitação;

5.7.37. A remuneração salarial do profissional, deverá contemplar todas as verbas adicionais previstas na Convenção Coletiva do Sindicato da Categoria;

5.7.38. Comunicar ao fiscal do contrato toda substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços;

5.7.39. As substituições devem ser informadas através de impresso próprio fornecido pela CONTRATADA, com antecedência de 24 horas e,

5.7.39.1. No caso de substituição ou inclusão, a CONTRATADA deve enviar documentos demissionais/admissionais, no prazo máximo de 24 horas após a substituição.

5.7.40. Efetuar a reposição da mão-de-obra, de imediato, em eventual ausência e,

5.7.40.1. Efetuar de imediato a reposição dos postos, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

5.7.41. Assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações do CONTRATANTE;

5.7.42. Dar ciência imediata e por escrito a CONTRATANTE sobre qualquer



anormalidade que verificar na execução do objeto, utilizando meios eletrônicos e registrando tudo no Livro de capa dura numerada tipograficamente para registro de ocorrências;

5.7.43. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando o CONTRATANTE por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades, seja às pessoas, equipamentos, insumos, patrimônio ou a terceiros e:

5.7.43.1. Na hipótese de verificação de furtos ou roubos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão da apuração de sua responsabilidade, que se fará em processo específico. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Administração reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês ou promover a rescisão do contrato, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do débito;

5.7.44. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019;

5.7.45. Suportar o pagamento de adicional de insalubridade, conforme o grau eventualmente devido, consoante a estudo técnico realizado por profissional competente e devidamente registrado, nos termos da legislação vigente, principalmente para acesso às áreas críticas existentes nas dependências da CONTRATANTE;

5.7.46. Para fins de atendimento às portarias do Ministério do Trabalho, número 03, de 03 de janeiro, publicada em 24 de fevereiro de 2017, e Portaria nº 559 de 05 de agosto de 2016;

5.7.46.1. Comprovação de que mantém junto ao seu CONTRATANTE, e seus funcionários, acordo - L.T.C.A.T - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho descrito pela Norma Regulamentadora, NR15 aprovada pela Portaria 3.214/78 (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego);

5.7.47. Manter o planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a continuidade dos serviços estabelecidos no presente Termo de Referência;

5.7.48. Garantir o sigilo dos dados pessoais de todos os profissionais que atuarem na execução do serviço contratado, nos termos da lei 13.709/2018;

5.7.49. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.7.50. Observar rigorosamente a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.7.51. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

5.7.52. Em virtude da necessidade de prevenção à COVID-19, e com base nos protocolos de proteção sanitária, a CONTRATADA deverá fornecer “Itens de Prevenção à COVID- 19” aos respectivos postos, conforme orientação da CONTRATADA, o que inclui máscaras, álcool gel e demais insumos;

5.7.53. Fornecer empregados com instrução mínima de segundo grau ou equivalente, comprovado por escola reconhecida;

5.7.54. Disponibilizar no mínimo um equipamento, “Registrador Biométrico de Ponto” devidamente homologado/certificado pelo Inmetro, atendendo as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, para registro de ponto dos profissionais que atuam no



Hospital das Clínicas - Campus Universitário;

5.7.55. Ter ciência que por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente;

5.7.56. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas Carteiras de trabalho e Previdência Social;

5.7.57. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

5.7.58. Comprovação de que mantém junto ao seu CONTRATANTE, e seus funcionários, acordo - L.T.C.A.T - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho descrito pela Norma Regulamentadora, NR15 aprovada pela Portaria 3.214/78 (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego);

5.7.59. Comprovação de que mantém junto a seus funcionários acordo com o - P.C.M.S.O.- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, e com exames médicos periódicos para avaliação do participante junto à contratação, NR 7 – Portaria GM 3214 de 08 de junho de 1978 e Alterações do DOU – despacho SSST 24 de 29 de dezembro de 1994;

5.7.60. Comprovação de que mantém junto a seus funcionários acordo com o - P.P.R.A.- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, para avaliação do participante junto à contratação, NR 9 – Portaria GM 3214 de 08 de junho de 1978 e Alterações do DOU – despacho SSST 25 de 29 de dezembro de 1994;

5.7.61. Certidão de Registro no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho expedido pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Delegacia do Trabalho de acordo com o Artigo 162 da CLT e regulamentado pela NR4 da Portaria 3214/78, expedida a menos de 12(doze) meses da data do certame.

5.8. DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DO MANUAL COM A DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS (POP).

5.8.1. Apresentar à CONTRATANTE o Manual das Boas Práticas Operacionais que contemple a descrição de todas as etapas envolvidas no desenvolvimento dos procedimentos. O Manual deverá também estar disponível a todos os funcionários;

5.8.2. Procedimento Operacional Padronizado (POP): procedimento elaborado de forma objetiva pela empresa especializada, que estabelece instruções sequenciais para a realização de operações rotineiras e específicas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e:

5.8.2.1. Tipo de POP: Armazenamento, preparo dos desinfestantes domissanitários;

5.8.2.2. Métodos de aplicação, uso e cuidados na manutenção dos equipamentos;

5.8.2.3. Técnicas no preparo e aplicação, manuseio e descarte das embalagens vazias e outros resíduos e das demais atividades.

5.9. DO VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS

5.9.1. Apresentar documentação atualizada dos veículos para transporte dos produtos desinfestantes domissanitários e equipamentos. Estes devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender as exigências legais para o



transporte de produtos perigosos atendendo ao artigo 14 da Resolução da ANVISA 52/2009;

5.9.2. O transporte de praguicidas deverá atender às exigências da Regulamentação do Transporte de Produtos Perigosos, estabelecida pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, sendo o Decreto nº 96.044 de 18 de maio 1998, a Portaria nº 204 de 20 de maio de 1997, a Resolução ANTT nº 420/2004 e os regulamentos vigentes;

5.9.3. O veículo será inspecionado pela CONTRATANTE e para cada desinfestante transportado, deverá existir uma ficha de emergência, com as orientações de segurança, para caso de acidente, bem como os materiais necessários para providenciar o isolamento da área e para as condutas de emergência em caso de acidente, conforme prevê o Regulamento do Ministério dos Transportes;

5.9.4. Os funcionários deverão ser treinados para notificarem as autoridades competentes, aguardando socorro em casos de acidentes e não abandonando o veículo no local;

5.9.5. O veículo deverá ter em local visível a identificação que está transportando praguicida.

5.10. DO CONTEÚDO MÍNIMO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA T&D.

5.10.1. Periodicidade de treinamento e envio dos comprovantes deverá obedecer às orientações da CONTRATANTE;

5.10.2. Treinar e capacitar empregados sobre as normas da CONTRATADA e da CONTRATANTE;

5.10.3. Cumprir as legislações vigentes da proibição de tabagismo nas dependências do hospital;

5.10.4. Treinar, capacitar e enfatizar os princípios de higiene pessoal e princípios básicos sobre infecção, prevenção de infecção hospitalar;

5.10.5. Treinar e capacitar sobre postura profissional dentro da instituição de saúde e normas de segurança;

5.10.6. Treinar e capacitar sobre programa de imunização;

5.10.7. Treinar e capacitar sobre uso de E.P.I., E.P.C. e Sinalização, além de instruir e enfatizar Precauções Padrão;

5.10.8. Treinar e capacitar sobre os conceitos de Missão, Visão e Valores e Princípios da empresa e do HCFMRP-USP;

5.10.9. Treinar e capacitar sobre a postura profissional adequada para atendimento ao público (pacientes) e para abordagem junto aos responsáveis das áreas;

5.10.10. Treinar e capacitar sobre noções do manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde, de acordo com RDC 222 de 2018, CONAMA 358, NR 32 e demais legislações em vigor;

5.10.11. Treinar e capacitar sobre o funcionamento dos serviços, responsáveis pelas áreas, supervisão, rotinas, procedimentos, situações de emergências, notificação de acidentes, direitos e deveres do trabalhador, funcionamento interno da CIPA, CCIH, prevenção e combate de incêndios etc.;

5.10.12. Treinar e capacitar sobre legislação ambiental, vigilância sanitária referente ao controle integrado de pragas;

5.10.13. Treinar e capacitar sobre biossegurança e identificação das classes de resíduos;



5.10.14. Treinar e capacitar sobre medidas de prevenção no caso de ocorrências de acidentes, incidentes e situação de emergências;

5.10.15. Treinar e capacitar sobre cuidados com EPI's e EPC's específicos para as atividades;

5.10.16. Treinar e capacitar sobre Riscos ocupacionais e específicos na manipulação dos produtos químicos e outros que couberem;

5.10.17. Treinar e capacitar sobre Ética profissional e digital, bem como sobre a Nova LGPD, a importância da guarda de informações e o sigilo dos dados de pacientes, de servidores e da instituição;

5.10.18. Treinar e capacitar sobre Brigada de Incêndio e CIPA;

5.10.19. Treinar e capacitar profissionais aplicadores sobre:

a) O que é desinfestantes domissanitários e seus riscos;

b) Como devem desempenhar a função de armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfestantes domissanitários.

5.10.20. Os treinamentos devem ocorrer a cada 120 dias, ou no período solicitado pela CONTRATANTE, utilizando dos recursos didáticos necessários, inclusive simulações.

5.11. DO QUADRO DE CONTINGENTE MÍNIMO A SER APRESENTADO

5.11.1. Conforme indicado nos itens 5.1. deverá ser considerada pela CONTRATADA a cobertura integral das atividades contratadas, na metragem licitada, com postos de trabalho qualificados para prestação dos serviços de controle de pragas e vetores urbanos, nos horários estabelecidos;

5.11.2. Considerando que existem unidades onde serão realizados os serviços, Unidade Campus, Unidade de Emergência, Centro de Convenções, Hospital Estadual de Ribeirão Preto e Hospital Santa Tereza, a CONTRATADA deve considerar que essas unidades precisam ser atendidas nos serviços periódicos de monitoramento e nos serviços agendados, além das ocorrências urgentes, quando será disponibilizado veículo da CONTRATANTE para esta finalidade em casos de urgência;

5.11.3. A CONTRATADA deve considerar ainda que os locais definidos neste Termo devem ser monitorados semanalmente, ao menos duas vezes na semana cada unidade, quando deverá junto à CONTRATANTE organizar estes serviços para o melhor atendimento aos locais;

5.11.4. Conforme apresentado neste Termo, quando da necessidade de serviços de controle químico, de rotina (agendados) ou de urgência, no mínimo, 02 (dois) funcionários deverão atender este tipo de atividade devido ao risco envolvido;

5.11.5. A CONTRATADA deverá apresentar, assim, a documentação do responsável técnico que irá responder pelos serviços e atividades, programando tecnicamente a melhor forma de atuação da empresa no controle das pragas e vetores urbanos, bem como de pombos e outros animais sinantrópicos e silvestres;

5.11.6. A empresa deverá apresentar os profissionais envolvidos na prestação dos serviços conforme descrito neste Termo de Referência para atender todas as demandas de forma ininterrupta, ou seja, 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo, incluindo feriado.

5.12. DA INUTILIZAÇÃO E DESCARTE DAS EMBALAGENS

5.12.1. Padronizar internamente o local e recipiente para acondicionar as embalagens do Grupo B tóxico. A CONTRATADA não deverá descartar embalagens nas unidades da CONTRATANTE;



5.12.2. A CONTRATADA deverá retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte, praticando a Logística Reversa;

5.12.3. O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador;

5.12.4. A CONTRATADA fica obrigada a descartar e destinar as embalagens aos estabelecimentos onde foram adquiridas, no prazo máximo de um ano de data de compra dos respectivos produtos, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniadas e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;

5.12.5. Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final é da CONTRATADA que deve guardar os comprovantes da referida destinação;

5.12.6. O estabelecimento que receber deve fornecer à CONTRATADA o documento comprobatório de recebimento das embalagens e:

5.12.6.1. A CONTRATADA deve encaminhar cópia destes documentos para a CONTRATANTE.

5.12.7. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente e,

5.12.7.1. Este procedimento não deve ser realizado nas unidades da CONTRATANTE.

5.12.8. Apresentar à CONTRATANTE o comprovante de devolução das embalagens vazias. A empresa que realizar a disposição final das embalagens deverá comprovar através de documentação atualizada junto aos órgãos ambiental e sanitário (CADRI, licenças sanitária, ART, prefeitura e ambiental, CREA, IBAMA, Alvarás de funcionamento e Operação e outros).

5.12.9. Atender e apresentar todas as documentações exigidas nas auditorias internas e sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

5.13. DA DESCRIÇÃO DAS ÁREAS

5.13.1. As classificações das áreas, abaixo indicadas, servirão para conhecimento durante a realização das atividades pela CONTRATADA:

5.13.1.1. Área críticas: são áreas que oferecem risco de transmissão de infecções, ou seja, áreas que realizam procedimentos invasivo e/ou que possuem pacientes de alto risco com sistema imunológico comprometido, ou ainda aquelas áreas que por suas especificidades devem ter a presença de microrganismos patogênicos minimizada;

5.13.1.2. Área semicrítica: são áreas ocupadas por pacientes com doenças infecciosas de

baixa transmissibilidade e doenças não infecciosas, isto é, aquelas ocupadas por pacientes que não exijam cuidados intensivos ou de isolamento;

5.13.1.3. Área não-crítica: são todas as áreas hospitalares onde não são desenvolvidas atividades de assistência ao paciente tais como: Sala Administrativa; Salas de Aula; Sala de Conforto; Refeitórios; Corredor; Almoxarifado e estocagem de materiais e similares.

5.13.1.4. Área externa: são áreas de circulação comum nas partes externas dos edifícios, desocupadas/desobstruídas, tais como: Pátio Externo; Calçada; Estacionamento; Guarita externa e Similar.

5.13.1.5. Área de infraestrutura: são áreas exclusivas de manutenção predial ou de circulação restrito-controlada, tais como: Casa de Máquina de Ar-Condicionado; Cabine Primária; Shaft; Poço de Elevador e Monta Carga; Casa de Bombas; Pavimentos



Técnicos; Prumadas e Similares.

5.14. DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE E VIGENTE

5.14.1. Encontram-se indicadas a seguir as normas e legislações que regulamentam a prestação de serviços em controle de vetores e pragas urbanas, visando minimizar risco à saúde do usuário, do trabalhador e danos ao meio ambiente:

- a. Lei Federal Nº 6360, de 23/09/1976 que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências;
- b. Lei Federal Nº 6514, de 22/12/1977 que altera o capítulo V do título II da Consolidação das
Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- c. Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei Federal Nº 6360, de 23/09/1976 e submete ao Sistema de Vigilância Sanitária os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, cosméticos, produtos de higiene, saneantes e outros;
- d. Lei de Crimes Ambientais Nº 9605, de 12/02/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- e. NR-6 Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e outras regulamentações vigentes;
- f. Portaria Nº 3214, de 08/06/1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do
Trabalho;
- g. Lei Estadual Nº 10083, de 2/09/1998 - Dispõe sobre o novo Código Sanitário do Estado de
São Paulo;
- h. Lei Municipal Nº 13725, de 09/01/2004 – Código Sanitário do Município de São Paulo;
- i. Decreto Estadual Nº 12342, de 27/09/1978 - Aprova o Regulamento a que se refere o artigo 22 do Decreto-Lei n.º 211, de 30 de março de 1970, que dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde no campo de competência da Secretaria de Estado da
Saúde;
- j. Decreto Estadual Nº 12479, de 18/10/1978 Aprova Norma Técnica Especial Relativa às Condições de Funcionamento dos Estabelecimentos sob Responsabilidade de Médicos,
Dentistas, Farmacêuticos, Químicos e outros Titulares de Profissões afins;
- k. Resolução RDC Nº 52/2009, de 22/10/2009 – ANVISA – dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas; l. Resolução n.º 334, de 03/04/2003 – Ministério do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente – dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos;
- m. Portaria Nº 321, de 28/07/1997 Normas Gerais para Registro de
Desinfetantes
Domissanitários;
- n. Portaria SVS/MS Nº 326, de 30/07/1997 que aprova Regulamento Técnico: "Condições Higienico Sanitária e de Boas Práticas de Fabricação para



Estabelecimentos Produtores,

Industrializadores de Alimentos";

o. Portaria Nº 336, de 23/07/1999 – ANVISA - que dispõe sobre o Registro de Produtos

Saneantes Domissanitários e Afins, de Uso Domiciliar, Institucional e Profissional;

p. Portaria Nº 9 do CVS, de 16/11/2000 – normatização técnica que regulamenta a prestação

de serviços em controle de vetores e pragas urbanas;

q. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;

r. Decreto Federal nº 96.044, de 18/05/1988, que aprova o regulamento de transporte rodoviário de produtos perigosos;

s. Segunda edição ABNT NBR 10004:2004 classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente;

t. Resolução RDC nº 275, de 21/10/2002 – dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores, industrializadores de alimento e a lista de verificação de Boas Práticas de Fabricação em

Estabelecimentos Produtores e Industrializadores de Alimentos;

u. Resolução ANTT nº 420/2004: Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do

Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

v. Portaria 09 de 16 de novembro de 2000, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.097, de 23 de janeiro de 2002. Centro Vigilância Sanitária Norma Técnica para Empresas prestadoras de serviços em controle de vetores e pragas urbanas;

w. RDC Nº 216 ANVISA de 15 de setembro de 2004 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

x. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº. 63 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

y. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222, de 28 de março de 2018 – Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS) descarte de embalagens – Segurança no Ambiente

Hospitalar – ANVISA;

z. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

5.15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.15.1. As áreas de infraestrutura logística como vestiários, depósito para acondicionamento de produtos e equipamentos pertinentes à execução das atividades objeto deste contrato serão disponibilizados em local adequado para as necessidades da empresa

CONTRATADA;

5.15.2. A CONTRATANTE poderá realizar visita às instalações da empresa prestadora de serviços, avaliando suas instalações, quanto à exclusividade de uso, veto da instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, licença sanitária fixada em local visível ao público, letreiro em sua fachada indicando o seu nome fantasia, os serviços prestados, e o número da Licença Sanitária, entre outros.



5.15.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente e por prepostos designados, podendo para isso, além do que julgar necessário quando de uma situação relacionada ao serviço:

5.15.3.1. Solicitar à Contratada a substituição de qualquer desinfestante domissanitário, material ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;

5.15.3.2. Fazer supervisão e avaliação dos serviços por preposto designado. A avaliação deverá ser realizada em conjunto com o preposto da CONTRATADA. Deverá ser emitido relatório das não conformidades em três vias que seguirão: a primeira para o preposto da CONTRATADA para providências imediatas, a segunda anexada à liberação da fatura mensal e a terceira para arquivo do gestor;

5.15.3.3. Realizar a fiscalização e controle da qualidade dos serviços prestados mediante formulário padronizado;

5.15.3.4. Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

5.15.3.5. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA;

5.15.3.6. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

5.15.3.7. Executar mensalmente a medição dos serviços, avaliar as quantidades de serviços efetivamente executados e o número de dias efetivamente trabalhados, no período considerado, ou o número de postos/dia medidos, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados por motivos imputáveis à CONTRATADA, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato;

5.15.3.8. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

5.15.3.9. Impedir que o profissional execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

5.15.3.10. Fazer exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, propriedades e do meio ambiente;

5.15.3.11. Utilizar o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços no Anexo II, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos;

5.15.3.12. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º](#)).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));



6.14.A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através dos Critérios de Avaliação dos Serviços, conforme previsto no Anexo VII para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.15. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.16. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.17. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.18. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.20. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.21. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.22. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#) ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), artigo 17, parágrafo único, 6).

6.23. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017](#), c/c a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022](#), e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.24.A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.24.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:



6.24.1.1. Ter livre acesso aos locais de execução do serviço;

6.24.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também, realizar a avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA;

6.24.1.3. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

6.24.1.4. Impedir que o profissional execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

6.24.1.5. Fazer exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, propriedades e do meio ambiente;

6.24.1.6. Utilizar o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços no Anexo VI, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos;

6.24.1.7. Executar mensalmente a medição dos serviços, avaliar as quantidades de serviços efetivamente executados e o número de dias efetivamente trabalhados, no período considerado, ou o número de postos/dia medidos, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados por motivos imputáveis à CONTRATADA, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato.

6.25. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos



comprobatórios pertinentes, caso necessário (([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220](#), de 2023, art. 18, IV).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.30. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela [Consolidação das Leis do Trabalho](#) (CLT):

6.31.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.31.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.31.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.31.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.31.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.31.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da [Lei nº 6.019, de 1974](#);

6.31.2 Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.31.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.31.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.31.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.31.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.31.3 Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da



contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 6.31.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;
- 6.31.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;
- 6.31.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.31.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e
- 6.31.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.31.4 O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

- 6.31.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;
- 6.31.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;
- 6.31.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.31.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 6.31.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.33. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.34. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da [CLT](#), ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:



- 6.35.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da [CLT](#);
- 6.35.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- 6.35.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.
- 6.36. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.37. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.38. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.40. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.40.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.
- 6.41. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 6.41.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.
- 6.41.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.
- 6.41.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para



com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.44. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.45. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.46. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.48. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso I do art. 2º).

6.49. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, IX).

6.50. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

6.51. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VIII).

6.52. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VII e parágrafo único).

6.53. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, conforme previsto no Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#), e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

7.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.21.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.23. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- 7.24.1 O prazo de validade;
- 7.24.2. A data da emissão;
- 7.24.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.24.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.24.5.O valor a pagar; e
- 7.24.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.27.A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com

o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.28.Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.34.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 **O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses ;



c) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

8.22.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a) A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.23.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Qualificação Técnico-Operacional

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1 Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de



atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.26.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um **mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser contratado;**

8.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017](#), aplicável por força da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022](#), c/c o art. 1º, inciso VII, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), de 2023;

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.26.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.26.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.26.6. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

5.26.6.1. A CONTRATADA deverá ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades do controle de vetores e pragas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho de classe profissional.

5.26.6.2. Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional. (Biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam as atribuições do conselho de classe respectivo).

5.26.6.3. A CONTRATADA deverá possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

5.26.6.4. O responsável técnico responderá diretamente pela execução dos serviços, pelo treinamento da equipe técnica, pela aquisição de produtos saneantes, desinfetantes, desinfestantes e equipamentos e demais elementos que compõe ou comporão o objeto licitado, bem como a orientação de forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas e silvestres, bem como por possíveis danos que possam vir ocorrer à saúde e ao meio ambiente.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo V.1, atestando que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e



nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 3.6 do edital;

f) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual;

g) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#) quando o caso

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante de elaboração independente de proposta e atuação, conforme ao Marco Legal Anticorrupção, em conformidade com o modelo constante do Anexo V.2.

DOS REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO DA EMPRESA

8.29. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo V.3, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a Licença de Funcionamento Sanitária e Ambiental;

8.29.1. Caso instalada em outra cidade que não possua autoridade sanitária ou ambiental obriga-se a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual, ou distrital a que o município pertença;

8.29.2. A CONTRATADA deve atender integralmente ao disposto na Resolução RDC Nº 52/2009, de 22/10/2009 - ANVISA que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, e demais legislações pertinentes;

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo V.4, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da



assinatura do contrato, o Certificado de Regularidade/Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais/CFT/APP em conformidade, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recurso Renováveis (IBAMA) dentro do prazo de validade, para as atividades descritas que obrigam o referido cadastro.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.632.437,04 (um milhão seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) **Gestão/Unidade: 09056;**
- II) **Fonte de Recursos: 165910001;**
- III) **Programa de Trabalho: 10.302.0930.4850;**
- IV) **Elemento de Despesa: 3.3.90.37;**
- V) **Plano Interno: 006.031.0582;**

10.3 . Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao (s) exercício (s) financeiro (s) subsequente (s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ribeirão Preto,

DEOCÉLIA BASSOTELLI JARDIM
Chefe de Gabinete



ANEXO I.1
RELAÇÃO DE LOCAIS E ÁREAS

UNIDADE CAMPUS			
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO	ÁREA (m²)
A	2º PAVIMENTO	AMBULATÓRIO (UTILIDADES 01 a 12)	15.137,45
A-03	2º PAVIMENTO	QUIOSQUE DE SANITÁRIOS PÚBLICOS	45
A-06	2º PAVIMENTO	TERMINAL INTRAMUNICIPAL (TRANSPORTE PÚBLICO DE ÔNIBUS DENTRO DO MUNICÍPIO)	510,95
B	3º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – PSICOLOGIA e PSIQUIATRIA	1.756,10
B	4º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – NEUROLOGIA e DERMATOLOGIA	1.756,10
B	5º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CLÍNICA MÉDICA	1.756,10
B	6º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CLÍNICA MÉDICA	1.756,10
B	7º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ONCOLOGIA	1.756,10
B	8º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ONCOLOGIA e GINECOLOGIA	1.756,10
B	9º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CIRURGIA	1.756,10
B	10º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – CIRURGIA	1.756,10
B	11º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – ORTOPEDIA	1.756,10
B	12º PAVIMENTO	LÂMINA ENFERMARIAS – OFTALMO / OTORRINO / C.C.P.	1.756,10
B	13º PAVIMENTO	CASA DE MÁQUINAS e SALA DE AULA	1.822,60



C	3º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – PSICOLOGIA e PSIQUIATRIA	562,5
C	4º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – NEUROLOGIA e DERMATOLOGIA	562,5
C	5º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – GASTROCLÍNICA	562,5
C	6º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – MOLÉSTIAS INFECCIOSAS, ENDOCRINOLOGIA, NUTROLOGIA, IMUNOLOGIA, NEFROLOGIA	562,5
C	7º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – ONCOLOGIA e GENÉTICA	562,5
C	8º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA	562,5
C	9º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMEN TO – CIRURGIA	562,5
C	10º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMEN TO – CIRURGIA	562,5
C	11º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENT O – ORTOPEDIA	562,5
C	12º PAVIMENTO	LÂMINA DEPARTAMENTO – OFTALMO / OTORRINO / C.C.P.	562,5
C	13º PAVIMENTO	CASA DE MÁQUINAS e SALA DE AULA	603,6
D	PAVIMENTO INFERIOR	ADMINISTRAÇÃO, CIA + DATA- CENTER-01, RESERVATÓRIO DÁGUA, NUTRIÇÃO, LACTÁRIO, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	5.153,85



D	1º PAVIMENTO	CENTRO-CIRÚRGICO, CENTRO DE REPRODUÇÃO HUMANA, FARMÁCIA DISPENSÇÃO, CONSIGNADO, CIQ, AGÊNCIA TRANSFUSIONAL, POLISSONOGRFIA	5.593,60
D	2º PAVIMENTO	CARDIOLOGIA, MEDICINA SOCIAL, MEDICINA NUCLEAR, U.T.R., U.T.I., U.C.O., ELETROMIOGRAFIA	5.438,70
E	PAVIMENTO INFERIOR	PAVILHÃO MECÂNICO (S.H.L., SUBESTAÇÃO-05 (H.C. CRIANÇA), CENTRAL DE BOMBAS, CENTRAL DE VÁCUO E AR- COMPRIMIDO, SUBESTAÇÃO-02, OFICINAS), CER – CENTRO DE REABILITAÇÃO, C.P.R.H., ENTREPOSTOS	5.482,75
E	1º PAVIMENTO	CENTRAL DE MATERIAL + H.C. CRIANÇA (U.T.I. PEDIÁTRICA, U.T.I. NEONATAL e C.O.- CENTRO OBSTÉTRICO)	4.813,05
E	2º PAVIMENTO	CASA DE MÁQUINAS (EXAUSTÃO NUTRIÇÃO e CLIMATIZAÇÃO C.M.E. + CER)	451,1
E	2º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (AMBULATÓRIO, ADMINISTRAÇÃO e APOIO ACADÊMICO)	2.749,65
E	3º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (U.T.I. PEDIÁTRICA, U.T.I. NEONATAL e ALOJAMENTO CONJUNTO)	2416,7
E	4º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (ENFERMARIAS PEDIATRIA)	2416,7



E	5º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (ENFERMARIAS PEDIATRIA, DEPARTAMENTO PEDIATRIA e CIREP)	2416,7
E	6º PAVIMENTO	H.C. CRIANÇA (SOLARIUM)	1589,8
F	1º PAVIMENTO	PORTARIA-04, DEPÓSITO SORO, DIÁLISE, SUBESTAÇÃO-01, FARMÁCIA INDUSTRIAL, SAME – SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO, REFEITÓRIO FUNCIONÁRIOS, VESTIÁRIOS FUNCIONÁRIOS, SESMT	3640,5
F	2º PAVIMENTO	CENTRO DE ENDOSCOPIA e TRATAMENTO ÁGUA DIÁLISE	889,75
G	SUBSOLO	LABORATÓRIOS PATOLOGIA, SUBESTAÇÃO- 03, NEIMPE e U.P.C.	1173,55
G	PAVIMENTO TÉRREO	LABORATÓRIOS PATOLOGIA e HEMATOLOGIA	1801,45
G	1º PAVIMENTO	LABORATÓRIOS PEDIATRIA, MICROBIOLOGIA, SOROLOGIA e VIROLOGIA	1.734,40
G	2º PAVIMENTO	LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA + URGÊNCIA, GASTROENTEROLOGIA, NUTRIÇÃO, NEFROLOGIA, DERMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA e TIREÓIDE	1.734,40
G	3º PAVIMENTO	CASA DE MÁQUINAS (ÁREA TÉCNICA)	192,95
G-01	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRO DE MEDICINA GENÔMICA	225,35
G-02	PAVIMENTO TÉRREO	TRATAMENTO DE FORMOL	14,65
H	SUBSOLO	PORTARIA PRINCIPAL – BANCO BRASIL, AMERERP e	556,3



		DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA	
H	PAVIMENTO TÉRREO	PORTARIA PRINCIPAL – IMPRENSA, DATA CENTER-02, PORTARIA, LAP e PABX	1285,35
H	1º PAVIMENTO	PORTARIA PRINCIPAL – CEAPS e INTERESCOLAR	975,7
H-01	SUBSOLO	ÁREA DE ALIMENTAÇÃO	130,4
I	PAVIMENTO TÉRREO	UETDI (AMBULATÓRIO e HOSPITAL- DIA) e CCIFM – DEPARTAMENTO e ULTRASSOM, MEDICINA NUCLEAR	2.872,75
I	1º PAVIMENTO	UETDI (ENFERMARIAS)	1.128,45
J	PAVIMENTO INFERIOR	CISA-05 (SUBESTAÇÃO-04)	212,05
K	PAVIMENTO INFERIOR	CISA-03 (TRANSPORTE)	374,15
L	PAVIMENTO INFERIOR	CISA-01 (ALMOXARIFADO + FARMÁCIA, SAME – ARQUIVO SEMI- ATIVO e ROUPARIA)	2770,7
L	PAVIMENTO SUPERIOR	CISA-01 (ALMOXARIFADO, D.A., PATRIMÔNIO, GECON, ENGENHARIA e ENGENHARIA CLÍNICA)	2501,95
M	PAVIMENTO INFERIOR	CISA-04 (DEPÓSITO DE PRODUTOS INFLAMÁVEIS, S.H.L. – TERCEIRIZADA, LAVADOR)	341,3
N	PAVIMENTO INFERIOR	CISA-06 (CALDEIRA) e CENTRAL DE G.L.P.	138,25
O	PAVIMENTO TÉRREO	SAME – ARQUIVO SEMIATIVO e ÓBITO + PATRIMÔNIO	1.175,80
O-01	PAVIMENTO TÉRREO	GUARITA	13,7
O-02	PAVIMENTO TÉRREO	SUBESTAÇÃO-06	176,15
O-03	PAVIMENTO TÉRREO	CAIXA D'ÁGUA ELEVADA	11,5
O-04	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE GASES – CEOF	47,65



P	PAVIMENTO TÉRREO	CEOF – CENTRO ESPECIALIZADO EM OTORRINOLARINGOLOGIA e FONOAUDIOLOGIA	1.892,80
Q	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS	0
Q-01	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS – DEPÓSITO DE RESÍDUO COMUM e INFECTANTE	539,6
Q-02	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS – DEPÓSITO DE RESÍDUO RECICLÁVEL	546,35
Q-03	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS – DEPÓSITO DE RESÍDUO QUÍMICO SÓLIDO	65,8
Q-04	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS – DEPÓSITO DE RESÍDUO RADIOATIVO	65,8
Q-05	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRAL DE RESÍDUOS – DEPÓSITO DE RESÍDUO QUÍMICO	65,8
R	PAVIMENTO TÉRREO	RESERVATÓRIO D'ÁGUA ELEVADO (MORRO)	488,25
R-01	-	POÇO ARTESIANO – 01	0
S-01	-	ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DE FUNCIONÁRIOS - 01	98
S-02	-	ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DE FUNCIONÁRIOS - 02	5,2
T-01	-	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 01	6,25
T-02	-	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 02	11,35
T-03	-	ESTACIONAMENTO PARTICULAR – 03, ÁREA DE ALIMENTAÇÃO e ESTACIONAMENTO LIVRE (ÔNIBUS e VANS)	499,25
T-04	-	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 04	14,7
U-01	1º PAVIMENTO	GUARITA-04	13
U-02	1º PAVIMENTO	SANITÁRIOS FEMININO E	97,6



		MASCULINO	
U-04	2º PAVIMENTO	ÁREA DE DESCANSO e TERMINAL INTERMUNICIPAL	180,95
V	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRO DE VIVÊNCIA	5
V-02	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRO DE VIVÊNCIA – POÇO ARTESIANO – 02	0
V-03	PAVIMENTO TÉRREO	CENTRO DE VIVÊNCIA – REFEITÓRIO DE FUNCIONÁRIOS	426,5
X-01	PAVIMENTO INFERIOR	SOLDA, PINTURA e REFRIGERAÇÃO	610,25
X-02	PAVIMENTO INFERIOR	MARCENARIA e TAPEÇARIA	424,5
X-03	PAVIMENTO INFERIOR	CONSERVAÇÃO e REPAROS	140,45
X-04	PAVIMENTO INFERIOR	CENTRAL DE GASES – OXIGÊNIO	75,25
X-05	PAVIMENTO INFERIOR	RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL (DESATIVADO)	324
X-06	PAVIMENTO INFERIOR	CALDEIRA (DESATIVADA)	433,45
X-07	PAVIMENTO INFERIOR	CENTRAL DE AQUECEDORES	133,55
X-08	PAVIMENTO INFERIOR	C.A.G. - TORRES ÁGUA GELADA e CHILLERS	150
Z	PAVIMENTO TÉRREO e SUPERIOR	CLÍNICA CIVIL	6.622,55
ÁREA TOTAL			119.883,55
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO	ÁREA (m²)
S-01	ESTACIONAMENTO PRIVATIVO FUNCIONÁRIOS - 01		36.476,95
S-02	ESTACIONAMENTO PRIVATIVO FUNCIONÁRIOS - 02		1.267,00
T-01	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 01		3.176,55
T-02	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 02		6.788,10
T-03	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 03 E ESTACIONAMENTO LIVRE (ÔNIBUS E VANS)		23.613,05
T-04	ESTACIONAMENTO PARTICULAR - 04		2.981,60



TOTAL ESTACIONAMENTOS	74.303,25
------------------------------	------------------

Nota: Área total do terreno Unidade Campus: 199.415,59
m²; Área construída Unidade Campus: 121.394,95
m²; Áreas externas Unidade Campus: 78.020,64 m².

UNIDADE DE EMERGÊNCIA			
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO	ÁREA (M²)
A-01	TÉRREO	ADMINISTRAÇÃO E RECEPÇÃO	867,5
A-02	TÉRREO	PASSARELA DE LIGAÇÃO	114,55
A	TÉRREO	TRAUMA, NUTRIÇÃO, MANUTENÇÃO, GERADOR E RADIOLOGIA	2.639,25
B	TÉRREO	FARMÁCIA e PSIQUIATRIA -	1.054,65
-	TÉRREO e 1º PAVIMENTO		281,05
A	1º PAVIMENTO	PEDIATRIA	973,7
B	1º PAVIMENTO	PEDIATRIA	1.807,65
A	2º PAVIMENTO	CLÍNICA MÉDICA e NEURO	796,17
B	2º PAVIMENTO	LAB.+SEMI-INTENSIVO+ISOL	900,44
A	3º PAVIMENTO	CLÍNICA CIRÚRGICA e G.O.	796,17
B	3º PAVIMENTO	CTI+UNIDADE RESPIRATÓRIA	900,44
A	4º PAVIMENTO	UNIDADE DE QUEIMADOS	796,17
B	4º PAVIMENTO	CENTRO CIRÚRGICO e CTI	931,65
A	5º PAVIMENTO	CASA DE MÁQUINAS	190,35
B	5º PAVIMENTO	CENTRAL DE MATERIAL	926,75
B	6º PAVIMENTO	PLANTÃO MÉDICO	263,75
B	7º PAVIMENTO	COBERTURA	149,08
-	ANTIGO C.C.I. – U.E.	SESMT/SAMSP/SEAVIDAS	1.398,00
TOTAL			15.787,32

Nota: Terreno total Unidade de Emergência: 7.603,27 m²



UNIDADES EXTERNAS			
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO	ÁREA (M²)
EXT	NOVA SALA DE COLETA	Estacionamento 3	1.062,82
EXT	CENTRO DE CONVENÇÕES	Rua Bernardino de Campos, 999	13.860,13
TOTAL EXTERNAS			14.922,95

UNIDADES EXTERNAS			
BLOCO	LOCAL	DENOMINAÇÃO	ÁREA (M²)
EXT	SANTA TEREZA/CIRP	Av. Adelmo Perdizza, 495 - Jardim Sumare, Ribeirão Preto - SP, 14026390	289.000,00
EXT	HERP	Av. Independência, 4750 - Jardim California, Ribeirão Preto - SP, 14026528	9.319,87
TOTAL EXTERNAS			298.319,87

Nota: Área total aproximada do terreno Hospital Santa Tereza e CIR : 270.000 m²
Área construída Hospital Santa Tereza 19.000 m²

Área total do Hospital Estadual de Ribeirão Preto: 9.319,87m²

Áreas verdes externas do Hospital Estadual de Ribeirão Preto: 4750 m² + 540m²
(calçada do hospital)



ANEXO I.2

Estudo Técnico Preliminar 966/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 146.00014322/2025-48

2. Processo

HC nº 4769/2025

3. Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de controle de pragas e vetores é de fundamental importância, pois com a implementação da lei do Governo do Estado de São Paulo nº 1.080/2008, foi extinta a função/atividade de Auxiliar de Serviço, profissional responsável por fazer frente às expectativas do HCFMRP-USP em relação a adoção de ações preventivas e corretivas para impedir a atração, o abrigo, o acesso e a proliferação de animais peçonhentos nos ambientes internos e externos, conforme exigido pelos parâmetros sanitários atuais.

Dessa forma, essa contratação busca adequar as condições de segurança nas dependências da Instituição, com disponibilização de mão de obra especializada, devidamente uniformizada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.

Sem a possibilidade dessa contratação será instaurado um cenário de precariedade dos serviços e significativo prejuízo às áreas assistenciais e operacionais, que atendem de forma direta uma população composta por cerca de 4 milhões de pessoas na macrorregião de Ribeirão Preto.

Isto posto, a presente solicitação objetiva atender a dinâmica hospitalar e evitar que as áreas institucionais fiquem sujeitas aos riscos de transmissão de doenças e agentes patológicos por animais, inclusive silvestres, comprometendo, dessa forma, a assistência prestada aos usuários assistidos pelo HCFMRP-USP.

A abertura do atual processo licitatório, modalidade Prestação de Serviços, tem por finalidade atender as necessidades do HCFMRP-USP para o período inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, estando em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01-04-2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Hotelaria	Daniela Saldanha e Flauzino e Willian Francisco Mastelli



5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação contempla o procedimento descrito e detalhado no Termo de Referência, nas quantidades e horários definidos nas tabelas.

A demanda abordada neste documento foi examinada em consonância com o planejamento previsto para o ano de 2026 e esse planejamento se fundamenta no histórico de contratações da Instituição.

O prazo de execução do contrato é de 12 meses podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja interesse entre as partes, atendendo ao interesse e conveniência da Administração por até 120 meses.

O licitante vencedor garantirá a qualidade e/ou a validade do serviço prestado, durante todo o período de sua execução, obrigando-se a sanar qualquer vício que o mesmo venha apresentar, sem qualquer ônus para a Instituição.

Os serviços prestados deverão seguir toda a legislação vigente atendendo às normas cabíveis para cada um, bem como os devidos registros nos órgãos reguladores ou qualquer outro que se fizer necessário.

Além disso, deve ser considerada a necessidade da apresentação de:

- a) Balanço Patrimonial: Ele deverá ser demonstrado através de capital/patrimônio líquido de até 10% do valor, e Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação e Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem Declaração de 1/12 dos contratos firmados pelo licitante não supera seu patrimônio líquido, conforme previsto no artigo 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.
- b) Garantia Contratual: A exigência de garantia Contratual se aplica na presente licitação, haja vista os valores referentes a cada parcela de fornecimento serem relativamente altos, o que maximiza os riscos relativos ao cumprimento das obrigações. Além disso, a presente licitação refere-se a serviços contínuos cujo fornecimento demanda alta complexidade em sua execução.
- c) Planilha de Custos: Ela deve detalhar o período de 12 meses, conforme modelo constante no Termo de Referência, para análise da capacidade financeira da empresa em cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.
- d) Recebimento dos Serviços:

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023)."

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:"



e) Visita Técnica: É facultado ao licitante interessado visitar o local onde será instalado o objeto, para obter as informações necessárias para a elaboração da Proposta de Preços, correndo por sua conta os custos respectivos e,

- A visita técnica deverá ser agendada, até 02 (dois) dias anteriores à abertura da sessão pública;

- Caso a visita não seja realizada, entender-se-á que o licitante conhece todas as condições locais para a execução do objeto desta licitação, não cabendo, portanto, nenhum tipo de alegação sobre as condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência desta concorrência eletrônica.

- A vistoria técnica pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, estando o modelo desta disponibilizado no endereço constante no Termo de Referência.

- Não será obrigatória a visita técnica ao local, entretanto é recomendável visita-lo para se tomar conhecimento das dificuldades, esforços e investimentos necessários à execução do objeto, cujas dificuldades futuramente encontradas não poderão ser alegadas para a inexecução contratual, pedidos de aditivos ou qualquer outra modificação de valor ou adequação do objeto a ser construído.

- Não será permitido que o Responsável Técnico represente mais de uma licitante na visita ao local.

f) Comprovação de Capacidade Operacional: Para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso e para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado (s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima (s):

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o artigo 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

6. Levantamento de Mercado

O valor estimado do item foi estabelecido de acordo com as pesquisas de preços realizadas através de: ferramenta de pesquisa “Fonte de Preços”; contato direto com fornecedores do tipo de produto; busca em sítios eletrônicos especializados; pesquisas em sites de internet, dentre outras bases de dados, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 67.888/2023.



7. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada em serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas para o HCFMRPUSP - Campus por um período de 12 meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

As quantidades totais estimadas dos serviços pretendidos, que compõem o presente certame, foram calculadas com base no histórico de licitações procedimentos realizados nos últimos anos, assim como na previsão de atendimento às necessidades do HCFMRP-USP, conforme Tabela:

Item	CÓD. HC	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNID.	Quant Mensal	Quant Anual
1	90080129	3417	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.	M²	523.217	6.278.604

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 965.748,72

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica, uma vez que o serviço é único e contínuo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não guarda interdependência ou tem correlação com outros DFDs.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não se aplica. Serviço básico indispensável para manutenção do órgão. A despesa continuada consta no Plano Anua de Contratações 2025/2026.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os serviços terceirizados aqui descritos fornecerão a segurança necessário contra a presença de pragas e vetores sobre tudo nos ambientes de alta criticidade, tais como, Centro Cirúrgico, CTI's, UTI's, Oncologia e unidades de internação adulto e pediátrica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A falta de tal serviço exporá a Instituição à ausência do controle de pragas e vetores, impondo aos pacientes e profissionais a expressivos riscos de infecção e contaminação hospitalar.

15. Providências a serem Adotadas

Não se aplica. As rotinas para fiscalizar e atestar serviços terceirizados em geral encontram-se institucionalizadas e não há necessidade de adequação relevante.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



16.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando a indispensabilidade dos itens para garantir a manutenção e preservação as áreas verdes, bem como a qualidade e segurança dos atendimentos oferecidos pelo Hospital.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELA SALDANHA E SILVA FLAUZINO

Diretora Técnica de Saúde - Gerenciamento Ambiental

WILLIAN FRANCISCO MASTELLI

Diretor Responsável - Hotelaria

DEOCELIA BASSOTELLI JARDIM

Autoridade competente



ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO HCRP SEI Nº

PREGÃO ELETRÔNICO HCRP Nº

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR Nº

CÓDIGO AUDESP: _____.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../..., CELEBRADO ENTRE O(A), POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO, com domicílio nesta cidade, Campus Universitário, s/n – Bairro Monte Alegre, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 56.023.443/0001-52, neste ato representado(a) pelo seu SUPERINTENDENTE, o Senhor(a) PROFESSOR DOUTOR **RICARDO DE CARVALHO CAVALLI**, nomeado pelo Decreto, de 11 de janeiro de 2023, publicado(a) no DOE de 12 de janeiro de 2023, inscrito(a) no CPF sob o nº 705.704.006-78, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **DISTRIBUIÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAIS, DOCUMENTOS, MEDICAMENTOS, ALIMENTOS, BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, HEMODERIVADOS, MATERIAIS BIOLÓGICOS, CORPOS/PEÇAS PATOLÓGICAS, PESSOAS E OBJETOS EM GERAL, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, PARA O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO- CAMPUS UNIVERSITÁRIO,**



S/N, BAIRRO MONTE ALEGRE E SUAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT/ CATSER	COD. HC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL MÊS	QTD TOTAL 12(DOZE) MESES (1)	VALOR UNITÁRIO R\$ (2)	VALOR TOTAL 12 MESES R\$ (3)=(1)X(2)
01	3417	90080129	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO	M²	523.217	6.278.604	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é empreitada por preço UNITÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) _____ / _____ / _____, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art.92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste contrato.



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS ([art. 92, V e X](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção



coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.



7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se



houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até **30 (trinta) dias**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste



instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;



V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.1.13. Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato;

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;



- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;
- 9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;



- 9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 9.1.30. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.1.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - 9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;
- 9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
- 9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);
- 9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;



9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1.A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:



11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas; 11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato; 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art.137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Multa:

12.3. As sanções acima previstas serão calculadas e aplicadas de acordo com o estabelecido na Resolução SS nº 65, de 01/04/2024 – cujo texto passa a integrar este contrato – após regular processo administrativo.

12.3.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:



13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria ([art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da Lei n.º 14.133, de 2021](#)); e

13.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado ([art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada ([art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do [art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.



13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 09056

II. Fonte de Recursos: 165910001

III. Programa de Trabalho: 10.302.0930.4850

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.37

V. Plano Interno: 006.031.0582

VI. Nota de Empenho:



14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Preto -SP para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ribeirão Preto,

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



ANEXO III

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;



4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da



extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.



§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.



Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.



§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos



lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.



ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ATENÇÃO: A PROPOSTA DE PREÇOS PARA O(S) ITEM(NS), OBJETO(S) DESTA LICITAÇÃO, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER ELABORADA EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO NO CERTAME.

ITEM	CATMAT/ CATSER	COD. HC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL MÊS	QTD TOTAL 12(DOZE) MESES (1)	VALOR UNITÁRIO R\$ (2)	VALOR TOTAL 12 MESES R\$ (3)=(1)X(2)
01	3417	90080129	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO	M²	523.217	6.278.604	R\$	R\$

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.



ANEXO V
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 3.6 deste edital;

f) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual;

g) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#) quando o caso.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da contratação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 69.588/2025, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO V.3

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) Comprometo apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a Licença de Funcionamento Sanitária e Ambiental;

b) Caso instalada em outra cidade que não possua autoridade sanitária ou ambiental obriga-se a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual, ou distrital a que o município pertença;

c) Atendo integralmente ao disposto na Resolução RDC Nº 52/2009, de 22/10/2009 - ANVISA que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, e demais legislações pertinentes

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO V.4

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) comprometo apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, o Certificado de Regularidade/Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais/CFT/APP em conformidade, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) dentro do prazo de validade, para as atividades descritas que obrigam o referido cadastro;

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VI.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VI.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)



ANEXO VII

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTROLE DE PRAGAS E VETORES

1 - INTRODUÇÃO

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão do contrato de prestação de serviços continuado de controle de pragas e vetores.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

2 - OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução dos contratos de prestação de serviços de Controle e Pragas e Vetores.

3 - REGRAS GERAIS

A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de Controle de Pragas e Vetores. Se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho Profissional;
- b) Desempenho das Atividades;
- c) Gerenciamento.

4 - CRITÉRIOS

No formulário “Avaliação de Qualidade dos Serviços”, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Realizado”, “Parcialmente Realizado” e “Não Realizado”, respectivamente.

BOM	REGULAR	PÉSSIMO
03 (três) pontos	01 (um) ponto	00 (zero) ponto

4.1. CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

4.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado;

4.1.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá realizar reunião com a CONTRATADA, até dez dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação;

4.1.3. Sempre que a CONTRATADA solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5 - COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

Desempenho Profissional:



Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das Atividades	30%
Cobertura dos Postos nos Horários Determinados	30%
Qualificação/ Atendimento ao Público/ Postura	25%
Uniformes e Identificação	15%
Total	100%

Desempenho das Atividades:

Item	Percentual de Ponderação
Especificação Técnica dos Serviços	25%
Eficiência da execução do cronograma de atividades	50%
Atendimento às Ocorrências	25%
Total	100%

Gerenciamento:

Item	Percentual de Ponderação
Periodicidade da Supervisão	15%
Gerenciamento das Atividades Operacionais	15%
Atendimento às Solicitações	20%
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	50%
Total	100%

6. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

6.1. Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o quadro- resumo e conceituando a Contratada como segue:

- Conceito geral bom e desempenho recomendado: quando a CONTRATADA obtiver conceito final acumulado igual ou superior a 8,00 (oito inteiros) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 5;
- Conceito geral regular e desempenho recomendado: quando a CONTRATADA obtiver conceito final acumulado igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 5;
- Conceito geral péssimo e desempenho não recomendado: quando a CONTRATADA tiver obtido conceito final acumulado inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 5.



6.2. As faturas apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para fins de pagamento, ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação vinculado à Avaliação de Qualidade dos Serviços conforme tabela a seguir.

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 8,00 pontos.
Liberação de 95% da fatura	Nota total maior ou igual a 7,00 e menor que 8,00 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens do grupo avaliado.
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 6,00 e menor que 7,00 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens do grupo avaliado.
Liberação de 85% da fatura	Nota total maior ou igual a 5,00 e menor que 6,00 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens do grupo avaliado.
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens do grupo avaliado.

6.3. O gestor do contrato irá apurar o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 7 deste documento e na cláusula nona do termo de contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7. PENALIDADES

7.1. **Advertência:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por duas avaliações subsequentes ou 03 alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a CONTRATADA poderá sofrer advertência por escrito, após considerações do gestor do contrato e juntadas cópias das avaliações realizadas no período;

7.2. **Multa:** na ocorrência de notas 0 (zero) ou 1 (um) por três avaliações subsequentes ou quatro alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos, a CONTRATADA poderá sofrer multa, segundo cláusula específica do Termo de Contrato, após considerações do Gestor do Contrato;

7.3. **Sanções:** aplicar a penalidade se for o caso, em conformidade com a Resolução CC. 52/05.

8. RESPONSABILIDADES

8.1. **Equipe de Fiscalização:** Responsável pela Avaliação da CONTRATADA utilizando-se o **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1(um).

8.2. **Fiscal do Contrato:**

8.2.1. Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à CONTRATADA;

8.2.2. Responsável pela aplicação de advertência à CONTRATADA e encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;

8.2.3. Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;



8.2.4. Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor –
Parcial ou

Final.

9. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

9.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da CONTRATADA;

9.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um) para o Fiscal do Contrato;

9.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Fiscal do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da CONTRATADA frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a CONTRATADA;

9.4. De posse dessa avaliação, o Fiscal do Contrato deve aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à CONTRATADA;

9.5. Cabe ao Fiscal do Contrato encaminhar mensalmente à CONTRATADA, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, a performance global da CONTRATADA em relação aos conceitos alcançados pela mesma; 9.6. Cabe ao Fiscal do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo e conceituando a CONTRATADA.

10. FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
CONTRATADA:			
Responsável pela Fiscalização:			
Fiscal do Contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Cumprimento das Atividades	30%		
Cobertura dos Postos nos Horários Determinados	30%		
Qualificação/ Atendimento ao Público/ Postura	25%		



Uniformes e Identificação	15%		
Total			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Especificação Técnica dos Serviços	25%		
Eficiência da execução do cronograma de atividades	50%		
Atendimento às Ocorrências	25%		
Total			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal
Periodicidade da Supervisão	15%		
Gerenciamento das Atividades Operacionais	15%		
Atendimento às Solicitações	20%		
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	50%		
Total			

NOTA FINAL (somatória das notas totais para os grupos 1, 2 e 3)

Nota Final	Assinatura do responsável pela Equipe de Fiscalização	Assinatura do Fiscal do Contrato	Assinatura do Responsável da CONTRATADA
------------	---	----------------------------------	---

10.1. INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 - Desempenho Profissional

Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)



Cumprimento das Atividades	<ul style="list-style-type: none">• Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato, tais como:• Alocar profissionais devidamente habilitados;• Assumir o posto devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;• Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada;• Comunicar à CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;• Registrar e controlar diariamente as ocorrências;• Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;• Não se ausentar do posto;• Executa os serviços de Desinsetização, Desratização, Descupinização (vetores e pragas), incluindo o controle de pombos e qualquer outro animal sinantrópico ou silvestre em todas as áreas descritas e na periodicidade indicada;• Realizar inspeções sistemáticas para controle das áreas infestadas e monitoramento, emitindo relatório com planos de ações implementadas e os resultados obtidos;• Realiza as atividades/atendimentos dentro de todos os prazos estipulados pela CONTRATANTE;• Executar a(s) atividades(s) diária(s) conforme a orientação recebida do CONTRATANTE, verificando todas as dependências das instalações, adotando cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;• Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à
----------------------------	--



	<p>manutenção das condições de segurança;</p> <ul style="list-style-type: none">• Repassar para o(s) profissional(is) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;• Zela e se responsabiliza pelos equipamentos da CONTRATADA, utilizados na prestação dos serviços;• Realiza a logística reversa, conforme indicado no Termo de Referência;
Cobertura dos postos nos horários determinados	<ul style="list-style-type: none">• Cobertura dos postos nos horários determinados, com o desenvolvimento das atividades descritas;• O posto/dia será considerado não coberto quando constatada pela fiscalização a ausência de profissional no local pré-estabelecido, quando da inspeção;• Profissional que está indevidamente uniformizado e/ou não equipado conforme contrato;• Quando o Profissional, mesmo estando no local de trabalho, for encontrado fora das condições necessárias ao bom cumprimento dos serviços;• Profissional trabalhando mais do que as horas diárias permitidas por lei e acordo coletivo;• Cumprimento integral dos horários e frequência de trabalho estabelecidos em contrato e seus anexos.
Qualificação/atendimento ao público/postura	<ul style="list-style-type: none">• Conduta dos empregados da CONTRATADA com o cliente e com o público; e• Qualificação, certificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pela CONTRATADA, inclusive quanto à comprovação de capacitação e treinamentos, mediante apresentação do certificado de curso realizado conforme definido neste Termo de Referência;• Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pela CONTRATADA, em especial dos profissionais que utilizam equipamentos da CONTRATADA ou faz
	atendimento ao público.



Uniformes e identificação	<ul style="list-style-type: none">• Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada;• Identificação dos profissionais por meio do crachá de identificação;• Utilização de equipamentos de proteção individual e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.
---------------------------	--

Grupo 2 - Desempenho das Atividades		Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)
Especificação técnica dos serviços		<ul style="list-style-type: none">• Conformidade dos serviços prestados com o especificado no contrato e seus anexos;• Apresenta relação de documentos da evidência da execução dos serviços contendo: utilização de produtos devidamente registrados na ANVISA, descrição das áreas atendidas, relatórios de inspeção e busca ativa, contendo plano de ações corretivas, de incidência, monitoramento de pragas e da pesquisa de satisfação do cliente.
Eficiência da execução do cronograma de atividades		<ul style="list-style-type: none">• Atendimento pleno do Cronograma Diário de Atividades, zelando pela segurança dos equipamentos, insumos, instalações e pessoas;• Adota todas as medidas necessárias e de acordo com especificações técnicas, inclusive em horários noturnos, aos sábados, domingos e feriados, para garantir a qualidade e continuidade dos serviços contratados.
Atendimento às ocorrências		<ul style="list-style-type: none">• Atendimento às ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido e na qualidade desejada, observada a eficácia da ação do profissional diante da situação;• Atendimento dos prazos estabelecidos para instalação/mudança de local dos equipamentos, objetos em geral, pessoas e insumos;• Registro e controle diários das ocorrências do posto.
Grupo 3 - Gerenciamento	Notas: Realizado (3), Parcialmente Realizado (1), Não Realizado (0)	
	<ul style="list-style-type: none">• Execução de supervisão por parte da CONTRATADA e na periodicidade acordada e condizente com as necessidades da CONTRATANTE;	



Periodicidade e da supervisão	● A supervisão indicada pela CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, inspecionar diuturnamente os postos de trabalho, resolvendo as pendências de forma imediata para não prejudicar a qualidade e continuidade dos serviços contratados.				
Gerenciamento das atividades operacionais	● Administração das atividades operacionais contratadas.				
Atendimento às solicitações	● Atende às demais solicitações do CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no contrato.				
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	Cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA e segundo o contrato.				
	Documentos	Início da Prestação	Alteração do Quadro de Empregados	Comprovação Mensal	Comprovação Anual
	Contrato de trabalho	X	X		
	Curso de reciclagem e capacitação	X	X		X
	Convenção/Acordo/Sentenças normativas	X			X
	Registro do empregado (livro com número de registro e da CTPS)	X	X		
	RAIS	X			X
	Folha de pagamento (férias, 13º salário, insalubridade, recolhimento previdenciário, salário-família, vale-transporte, vale-refeição, cesta básica, auxílio-funeral, seguro de vida, auxílio filho excepcional e contribuição sindical)	X		X	

Havendo a rescisão do Contrato de Trabalho de um profissional sob este contrato, e substituição por outro, a CONTRATADA se obriga a apresentar, em relação ao empregado cujo contrato se extinguir, os seguintes documentos:

- Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho devidamente homologado, quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviço à CONTRATADA;
- Documento de concessão de aviso-prévio trabalhado ou indenizado;



- Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa e do Requerimento de Seguro Desemprego;
- Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado;
- Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico demissional;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- Ficha de Registro do Funcionário;
- Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional;
- Carteiras de Vacinação atualizada, contendo as vacinas de Hepatite B, Tétano, Febre Amarela, Tríplice Viral e Covid 19;
- Ordem de Serviços - descrição de atividades e riscos por função;
- Ficha de entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

10.2. Relatório de Avaliação/Quadro-resumo do contrato de Prestação de Serviços

HCFMRP-USP	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (somatória das notas totais para o Grupo 1, 2 e 3)
Grupo 1				
Grupo 2				
Grupo 3				
Avaliação Global				

GRUPO	MÊS												MÉDIA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
TOTAL													

10.3. Sugestão de quantitativo de mão de obra para prestação dos serviços.

10.3.1. Essa contratação tem como objetivo de manter os ambientes de assistência, administrativos, de ensino e todas as áreas de apoio operacionais, livres de vetores e pragas urbanas/silvestres e em condições de salubridade e segurança, atendendo as legislações vigentes;

10.3.2. Para a CONTRATADA garantir a qualidade, segurança e continuidade dos serviços prestados, na Tabela abaixo é **SUGERIDO O QUANTITATIVO MÍNIMO NECESSÁRIO de 07 (sete) PROFISSIONAIS** para atender as necessidades institucionais, dada a amplitude geográfica e as localidades do local de prestação dos serviços:



Item	Descrição das atividades	Turno	Quantidade
1	Prestação de serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização), incluindo o controle de pombos (Columba livia).	Dia	5
2	Prestação de serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização), incluindo o controle de pombos (Columba livia).	Noite	2

10.3.3. O quadro mínimo dos profissionais relacionados na tabela tem como base **A EQUALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS, FICANDO A CARGO DA CONTRATADA PLANEJAR, DIMENSIONAR E IMPLANTAR TODAS AS EQUIPES TÉCNICAS, BEM COMO A EQUIPE ADMINISTRATIVA, DE FORMA A ATENDER INTEGRALMENTE O OBJETO DA LICITAÇÃO**, ou seja, serviços continuados de controle integrado de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, descupinização), incluindo o controle de pombos (columba livia).



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (em papel timbrado do licitante)

Declaro que o licitante _____ (nome empresarial ou denominação), inscrito no CNPJ sob nº _____, estabelecido em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa / Vigência do Contrato / Valor total do Contrato*

____ / ____ / ____
____ / ____ / ____
____ / ____ / ____
____ / ____ / ____

Valor total dos Contratos / R\$ _____

Local e data

(Nome/assinatura do emissor)

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE QUE UM DOZE AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO LICITANTE VIGENTES NÃO É SUPERIOR AO SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelo licitante não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 \geq 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior ou igual a 1 (um).

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$



ANEXO IX
PLANILHA MODELO - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
POSTOS DE TRABALHO

Discriminação dos Custos	Valores
Remuneração	R\$ -
Salário-base	R\$ -
Adicional de insalubridade	R\$ -
Adicional de noturno	R\$ -
Adicional de periculosidade	R\$ -
Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
Vale-transporte	R\$ -
Custo mensal	R\$ -
Parcela do trabalhador	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Vale-refeição	R\$ -
Custo mensal	R\$ -
Dia da categoria	R\$ -
Parcela do trabalhador	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Cesta básica	R\$ -
Custo com cesta básica	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Assistência médica e familiar	R\$ -
Custo com assistência médica e familiar	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Assistência Odontológica	R\$ -
Benefício social familiar e natalidade	R\$ -
Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Auxílio-Funeral/Seguro de Vida	R\$ -
PLR	R\$ -
Auxílio-Creche	R\$ -
Insumos Diversos	R\$ -
Uniforme	R\$ -
Custo Mensal	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
EPI	R\$ -
Custo Mensal	R\$ -
Crédito PIS/COFINS	R\$ -
Material/Equipamentos	R\$ -
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ -
Afastamento maternidade	R\$ -
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ -
Custo de rescisão	R\$ -
Outros*	R\$ -
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ -
Custos indiretos	R\$ -



Lucro	R\$	-
Tributos	R\$	-
ISS	R\$	-
PIS	R\$	-
COFINS	R\$	-
Total	R\$	-

Essa planilha possui objetivo de ilustrar alguns custos relevantes e inerentes ao objeto licitado, não obstante, cabe de forma exclusiva às empresas descrever de forma detalhada todos os custos, encargos, benefícios e demais necessidades previstas na legislação vigente.